



2023
RELATÓRIO ANUAL



NAÇÕES UNIDAS
BRASIL



SUMÁRIO

02 APRESENTAÇÃO

04 A ONU NO BRASIL

04 Equipe de País

05 CONTEXTO

06 Brasil em números

07 RETROSPECTIVA

08 MARCO DE COOPERAÇÃO 2023-2027

09 Panorama de Implementação 2023

11 EIXO 1 | TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

13 Trazendo a natureza de volta

14 EIXO 2 | INCLUSÃO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

16 Vacina de porta em porta

17 EIXO 3 | MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

20 Brigadas de incêndio

21 EIXO 4 | GOVERNANÇA E CAPACIDADES INSTITUCIONAIS

23 Apoio ao Censo

24 EIXO 5 | RELAÇÃO DAS AÇÕES HUMANITÁRIAS E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

27 Articulando o direito à moradia

29 FINANCIAMENTO E PARCERIAS

30 Programas Conjuntos

31 Panorama Financeiro de 2023

33 Financiamento para o desenvolvimento

33 Efetividade e Eficiência

34 CENÁRIO DE 2024

34 Prioridades globais

34 Prioridades nacionais



APRESENTAÇÃO

Em 2023, após um intenso processo de negociação que envolveu dois Governos diferentes e consultas públicas amplamente participativas, o Sistema das Nações Unidas assinou com o Estado brasileiro seu novo Marco de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável para o ciclo 2023-2027. Foi a primeira vez na história que o Brasil subscreveu um documento de planejamento estratégico da ONU, e isso só foi possível graças à qualidade garantida durante o processo e expressa no documento.

O Marco de Cooperação guiará a atuação do Sistema ONU no Brasil até 2027. Ele foi construído de modo a assegurar que o apoio da ONU aos esforços brasileiros de promoção do desenvolvimento sustentável seja mais efetivo e eficiente. Este é o primeiro relatório anual de atividades implementadas pelas agências especializadas, fundos e programas da ONU no país a partir do novo Marco e demonstra claramente o que o Sistema das Nações Unidas é capaz de alcançar quando trabalha de maneira articulada e integrada entre si e com alinhamento às prioridades do país.

O Sistema das Nações Unidas no Brasil tem cada vez mais se posicionado para apoiar o Estado brasileiro em grandes temas estratégicos. Graças ao diálogo contínuo com o Governo eleito, que se iniciou ainda com a Equipe de Transição, o Marco de Cooperação da ONU denota um alinhamento muito próximo com as prioridades estabelecidas no Plano Plurianual 2024-2027 (PPA), ainda que o Marco tenha sido desenhado antes do PPA. Os eixos prioritários do PPA e os eixos temáticos do Marco de Cooperação se complementam e favorecem a frutífera colaboração entre as instituições brasileiras e a ONU, para promover o desenvolvimento justo, igualitário e sustentável, nas dimensões econômica, social e ambiental.

No ano de 2023, essa colaboração se traduziu em 281 iniciativas, implementadas com um orçamento de US\$ 122,8 milhões. Essas iniciativas destinaram-se a avançar os objetivos estabelecidos nos eixos temáticos do Marco de Cooperação e a alcançar resultados que se reflitam em melhorias concretas nas vidas das pessoas, principalmente aquelas mais deixadas para trás. Temas como saúde, educação, emprego e renda, acesso a serviços básicos, equidade, direitos humanos e resposta humanitária perpassaram o trabalho da ONU e trouxeram benefícios para milhões de pessoas.

Um exemplo foi a pronta assistência prestada pelo Sistema ONU ao governo federal durante a fase mais aguda da crise no território Yanomami. Em 48 horas, estávamos dialogando com os ministérios envolvidos na resposta à crise e em cinco dias tínhamos uma proposta estruturada em seis áreas temáticas para apoiar o governo. Da mesma forma, seguimos apoiando a assistência humanitária a refugiados e migrantes chegando ao país, principalmente da Venezuela.

Ajudamos a desenhar ou aprimorar dezenas de políticas públicas e programas e mobilizamos recursos para atividades capazes de complementar ações dos governos nacional e subnacionais. Apoiamos a melhoria de infraestrutura, inclusive de conectividade digital, capacitação profissional e empregabilidade de jovens e formação de professores. Ajudamos a levar de volta à escola 101 mil estudantes que tinham abandonado a educação formal. Apoiamos a realização do Censo Demográfico e a produção e análise de dados para subsidiar a tomada de decisão e o aprimoramento dos serviços públicos. Assessoramos o planejamento de cidades resilientes e o uso sustentável de recursos naturais e trabalhamos pela ampliação do acesso à justiça.

O Brasil intensificou seus esforços para ampliar seu protagonismo e influência na arena internacional. Nesse movimento, o Sistema ONU foi solicitado a apoiar em algumas frentes, como a presidência do G20 e a organização da Conferência das

Partes 30 (COP30), por exemplo. No caso do G20, a ONU tem mais de 10 agências especializadas, fundos e programas atuando nos diferentes grupos de trabalho para auxiliar a busca de consensos, a partir das prioridades estabelecidas pela presidência do Brasil. No caso da COP30, temos apoiado diretamente o governo do Pará e a articulação com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), para garantir um bom fluxo de informações e a melhor preparação possível para o Brasil receber esse evento em Belém, em 2025.

Toda a atenção internacional que o Brasil está atraindo se refletiu num grande número de missões de alto nível de oficiais da ONU, que vieram ao país para aprofundar ainda mais a colaboração tanto no território nacional quanto diante dos grandes desafios globais. Foram 29 missões ao longo do ano, entre elas 17 diretores gerais e executivos de agências especializadas, fundos e programas e a visita da vice-secretária-geral, Amina Mohammed, que participou da solenidade de assinatura do Marco de Cooperação.

Também durante a visita da vice-secretária-geral, lançamos em Santarém, no Pará, o Fundo Brasil-ONU para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, em parceria com o Consórcio Interestadual para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal e o Governo Federal. O Fundo tem como foco a melhoria de vida da população amazônica para a promoção do desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões – econômica, social e ambiental.

Em 2024, aprofundaremos ainda mais a colaboração com as instituições do Estado brasileiro e nossos parceiros de todos os setores para seguir implementando as ambiciosas estratégias traçadas no Marco de Cooperação, em fina sintonia com as prioridades nacionais. Nosso trabalho estará calcado na Agenda 2030 e será impulsionado pelas Seis Transições, que correspondem às áreas identificadas pela ONU como catalisadoras do desenvolvimento sustentável. Nossa firme parceria com o Brasil seguirá apoiando a construção de um país cada vez melhor para todas as brasileiras e todos os brasileiros.

Silvia Rucks

Coordenadora Residente da ONU no Brasil



A ONU NO BRASIL

EQUIPE DE PAÍS

O Sistema ONU no Brasil conta com 24 agências especializadas, fundos e programas, dos quais 22 têm presença física no país e 21 fazem parte do Marco de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

ACNUDH Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

ACNUR Agência da ONU para Refugiados

WB Banco Mundial

CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

FAO Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FIDA Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

OIM Organização Internacional para as Migrações

OIT Organização Internacional do Trabalho

OMPI Organização Mundial da Propriedade Intelectual

ONU-Habitat Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

ONU Mulheres Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres

OPAS/OMS Organização Pan-Americana de Saúde/ Organização Mundial da Saúde

A Equipe de País conta com o apoio do Escritório da Coordenadora Residente (RCO), do Centro de Informação das Nações Unidas (UNIC), do Departamento de Salvaguarda e Segurança das Nações Unidas (UNDSS) e do Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV).

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UIT União Internacional de Telecomunicações

UNAIDS Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS

UNDRR Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNFPA Fundo de População das Nações Unidas

UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIDO Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

UNODC Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

UNOPS Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos

WFP Programa Mundial de Alimentos



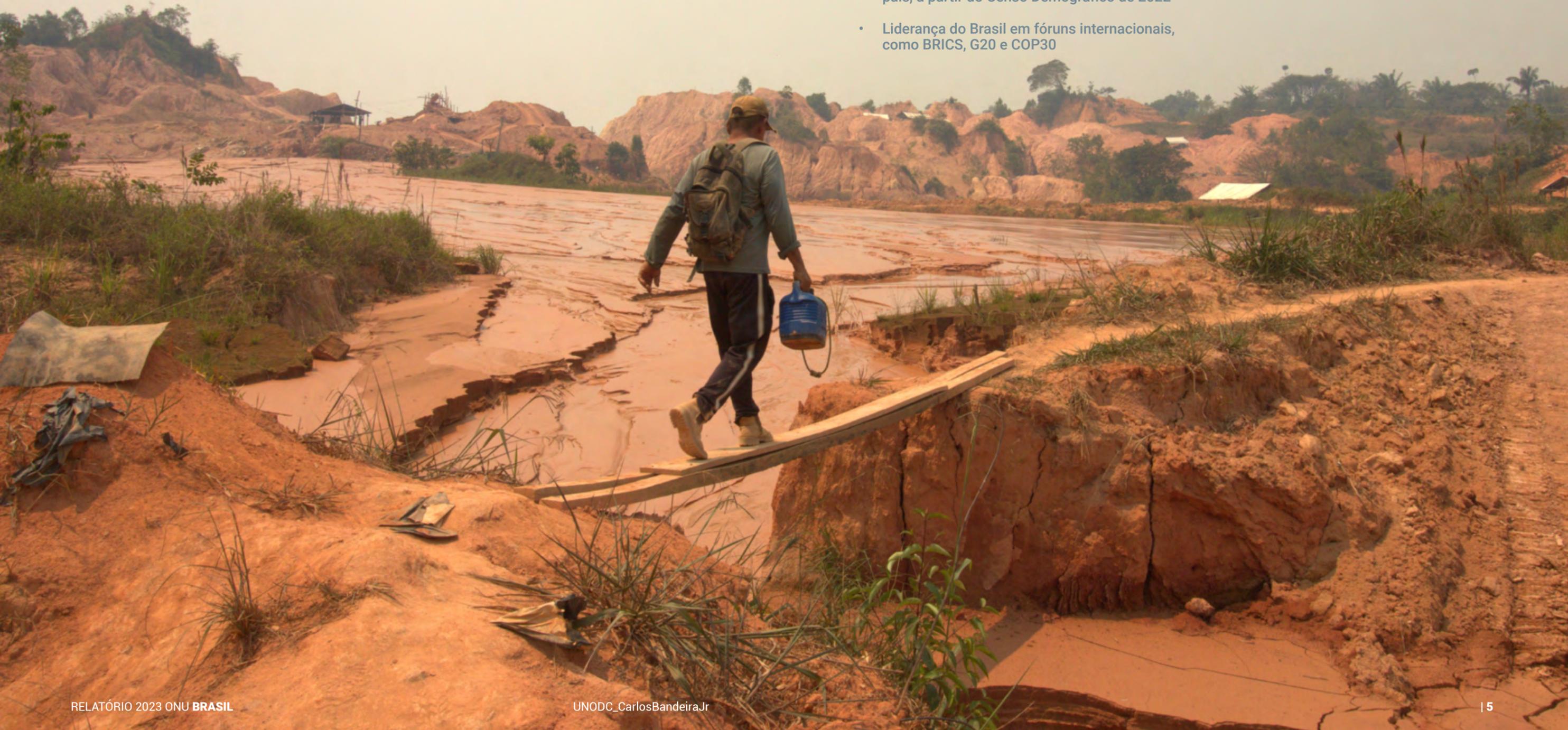
CONTEXTO

O início de 2023 foi marcado por grandes acontecimentos no país. Em 1º de janeiro, um novo governo começou com a posse de Luís Inácio Lula da Silva em seu terceiro mandato como presidente do Brasil. Poucos dias depois, um ataque sem precedentes às instituições democráticas fez com que o governo, que ainda estava se estruturando, precisasse responder rápida e veementemente para garantir a ordem e a democracia. Após algumas semanas, o país foi novamente agitado pela severa crise humanitária e ambiental que assolou o território do povo Yanomami.

Em todos esses momentos, e ao longo de todo o ano, o Sistema das Nações Unidas esteve ao lado das instituições do Estado brasileiro para apoiar seus esforços de simultaneamente responder a emergências e avançar na promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil.

DESTAQUES DO ANO:

- Transição de governo
- Novas prioridades estratégicas para o país
- PPA integralmente alinhado à Agenda 2030 e aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- Reestruturação de programas sociais
- Novos dados estatísticos sobre a população do país, a partir do Censo Demográfico de 2022
- Liderança do Brasil em fóruns internacionais, como BRICS, G20 e COP30



BRASIL EM NÚMEROS

CENSO DEMOGRÁFICO 2022

Em 2023, o Brasil divulgou os primeiros números do Censo Demográfico realizado em 2022, após dois anos de atraso devido à pandemia de COVID-19 e uma espera de mais de 10 anos em relação ao último Censo. A última edição contou com o apoio das Nações Unidas, especialmente na inclusão de populações em situação de vulnerabilidade, de maneira a não deixar ninguém para trás.



Área:	8,5 milhões km²
População:	203,1 milhões
PIB:	R\$ 10,9 trilhões

POPULAÇÃO

Parda:	45,3%
Branca:	43,5%
Preta:	10,2%
Indígena:	0,6%
Amarela:	0,4%

POBREZA

5,9% da população **brasileira** vive abaixo da linha internacional de **pobreza** (US\$ 1,90 PPC*)

3,5% da população **branca** vive abaixo da linha internacional de **pobreza** (US\$ 1,90 PPC)

7,7% da população **preta ou parda** vive abaixo da linha internacional de **pobreza** (US\$ 1,90 PPC)

31,6% da população **brasileira** vive abaixo da linha nacional de **pobreza** (US\$ 5,50 PPC)

28,2% da população **urbana** vive abaixo da linha nacional de **pobreza** (US\$ 5,50 PPC)

53,5% da população **rural** vive abaixo da linha nacional de **pobreza** (US\$ 5,50 PPC)

EMPREGO E RENDA

7,8% da população está **desocupada** (desempregada)

39,2% ocupam trabalhos **informais**

R\$ 1.848 é o **rendimento médio mensal** da população brasileira

** Paridade de Poder de Compra 2011, equivalente a aproximadamente R\$ 1,66 por dólar.*

ÁGUA E SANEAMENTO

64,7% dos **domicílios** estão conectados à **rede de esgoto**

83,9% são **abastecidos** pela **rede de água**

91,7% têm coleta de **lixo**

SAÚDE

57,7 **grávidas morrem** a cada **100 mil nascidos vivos**

15,5 **crianças** menores de 5 anos **morrem** a cada **1000 nascidos vivos**

EDUCAÇÃO

73,8% dos **jovens** de **20 a 22 anos** concluíram o **ensino médio**

91% dos **jovens** de **17 a 19 anos** concluíram o **ensino fundamental**

97,2% dos **adolescentes** de **13 a 15 anos** concluíram os anos iniciais do **ensino fundamental**

MEIO AMBIENTE

59,4% do **território** nacional é de **área florestal**

47,4% da **oferta** interna de energia provém de **energias renováveis**

SEGURANÇA

20,7 **pessoas** a cada **100 mil habitantes** morrem vítimas de **homicídios** intencionais

55,1% dos **homens** e **41,1%** das **mulheres** se sentem seguros quando caminham sozinhos na área onde vivem durante a noite

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Mulheres foram **eleitas** para **17,7%** das cadeiras da **Câmara dos Deputados** e para **18,5%** do **Senado Federal**.

RISCO DE DESASTRES

404,4 **pessoas** a cada **100 mil habitantes** **morreram**, desapareceram ou foram afetadas por desastres

Dados disponibilizados pelo IBGE, referentes a 2023 ou ao ano mais recente disponível

RETROSPECTIVA

DEZ PONTOS DE DESTAQUE DO QUE O SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS ALCANÇOU TRABALHANDO DE MANEIRA ARTICULADA E INTEGRADA ENTRE SI E COM ALINHAMENTO ÀS PRIORIDADES DO PAÍS.

1. CRISE YANOMAMI

APOIO À RESPOSTA OFICIAL À CRISE EM TERRITÓRIO YANOMAMI NAS ÁREAS DE NUTRIÇÃO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE, ÁGUA E SANEAMENTO, DIREITOS HUMANOS, PREVENÇÃO DE CRIME E INCLUSÃO PRODUTIVA, COM ARTICULAÇÃO DE 13 ENTIDADES DA ONU COM O GOVERNO FEDERAL.

2. MARCO DE COOPERAÇÃO

ASSINATURA E INÍCIO DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO MARCO DE COOPERAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2023-2027.

3. FUNDO BRASIL-ONU PARA A AMAZÔNIA

LANÇAMENTO DO FUNDO BRASIL-ONU PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA, COM FOCO EM ALTERNATIVAS DE INCLUSÃO ECONÔMICA SUSTENTÁVEL PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE MAIOR VULNERABILIDADE NA REGIÃO.

4. 75 ANOS DE DIREITOS HUMANOS

CAMPANHA EM COMEMORAÇÃO AO 75º ANIVERSÁRIO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS ALCANÇOU 800 MIL PESSOAS.

5. MISSÕES DE ALTO NÍVEL

REALIZAÇÃO DE 29 MISSÕES DE AUTORIDADES DA ONU AO BRASIL PARA RENOVAR E FORTALECER INICIATIVAS CONJUNTAS.

6. FUNDO DE MIGRAÇÕES

MOBILIZAÇÃO DE US\$ 2,5 MILHÕES DO MPTF DE MIGRAÇÕES PARA PROGRAMA CONJUNTO SOBRE MIGRAÇÃO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE EM MUNICÍPIOS DA AMAZÔNIA.

7. RESPOSTA AO HIV/AIDS

MOBILIZAÇÃO DE US\$ 560 MIL PARA AÇÕES DE PREVENÇÃO, TRATAMENTO, CAPACITAÇÃO E EMPREGABILIDADE NAS COMUNIDADES QUE SÃO PRIORIDADE PARA A RESPOSTA AO HIV.

8. MONITORAMENTO DOS ODS

PARCERIA FIRMADA COM O IPEA PARA FORTALECER O MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

9. PRESIDÊNCIA DO G20

APOIO AO GOVERNO FEDERAL NA PREPARAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS INICIATIVAS ASSOCIADAS À PRESIDÊNCIA BRASILEIRA DO G20.

10. COMUNICAÇÃO

A ONU BRASIL ALCANÇOU 2,7 MILHÕES DE SEGUIDORES EM SEUS CANAIS OFICIAIS EM REDES SOCIAIS E 10 MILHÕES DE VISUALIZAÇÕES DE PÁGINA NO SITE.

crédito foto: Creative Commons

MARCO DE COOPERAÇÃO 2023-2027

Em 2023, o Sistema das Nações Unidas assinou com o Governo do Brasil seu novo Marco de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável 2023-2027, que consiste no principal instrumento para o planejamento, implementação, monitoramento e avaliação das atividades da ONU em apoio ao desenvolvimento no país e à implementação da Agenda 2030.

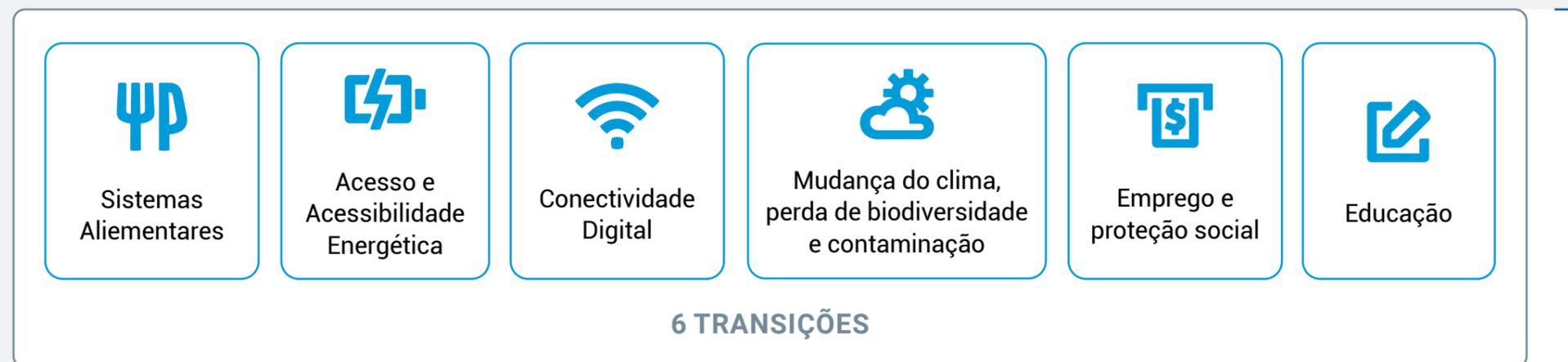
Para que refletisse os desafios e prioridades do país, o Marco de Cooperação foi elaborado conjuntamente pela ONU e pelo Estado brasileiro, sob a orientação estratégica do Comitê Diretivo Conjunto, liderado pelo Escritório de Coordenação da ONU e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores. O processo de discussão e desenho do Marco envolveu consultas a mais de 20 mil pessoas e 200 instituições da sociedade civil e do setor privado, além da participação de representantes dos ministérios do governo federal, dos poderes Legislativo e Judiciário e de governos subnacionais.

O Marco de Cooperação está estruturado em torno de cinco eixos temáticos, com seus respectivos resultados esperados, que constituem as prioridades programáticas compartilhadas pela ONU e pelo Estado brasileiro. Cada resultado se desdobra em produtos que estão sendo implementados pelo Sistema das Nações Unidas, conjuntamente com seus parceiros, seguindo seis princípios:

- **Não deixar ninguém para trás**
- **Abordagem baseada em direitos humanos**
- **Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres**
- **Resiliência**
- **Sustentabilidade**
- **Transparência e participação**

Além de estar alinhado às prioridades nacionais, o Marco de Cooperação está alicerçado na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e nas Seis Transições, que correspondem às prioridades globais da ONU para acelerar a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

IMPLEMENTAÇÃO DO MARCO DE COOPERAÇÃO



ONU Brasil

ONU e Governo Brasileiro

ONU Global

Mundo

PANORAMA DE IMPLEMENTAÇÃO 2023

RESULTADOS-CHAVE DE 2023

INICIATIVAS



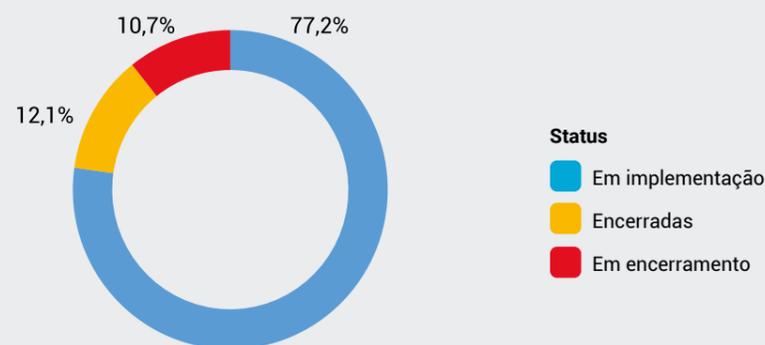
RECURSOS



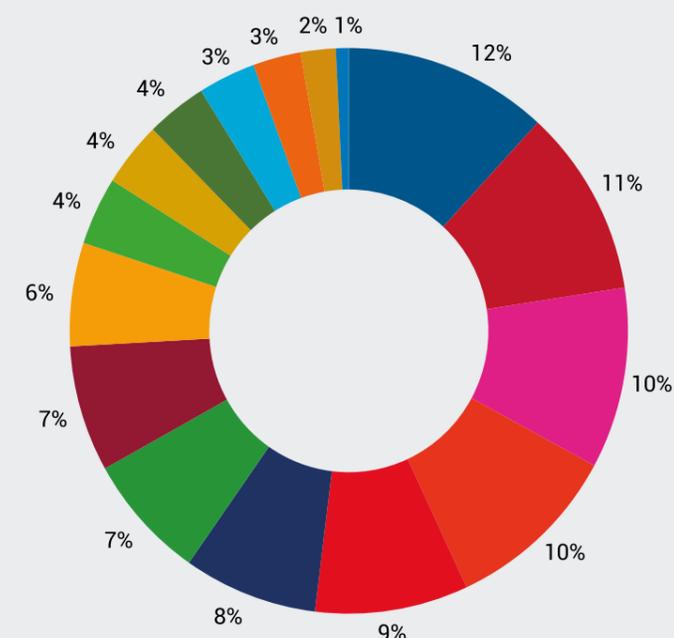
INICIATIVAS POR EIXO TEMÁTICO



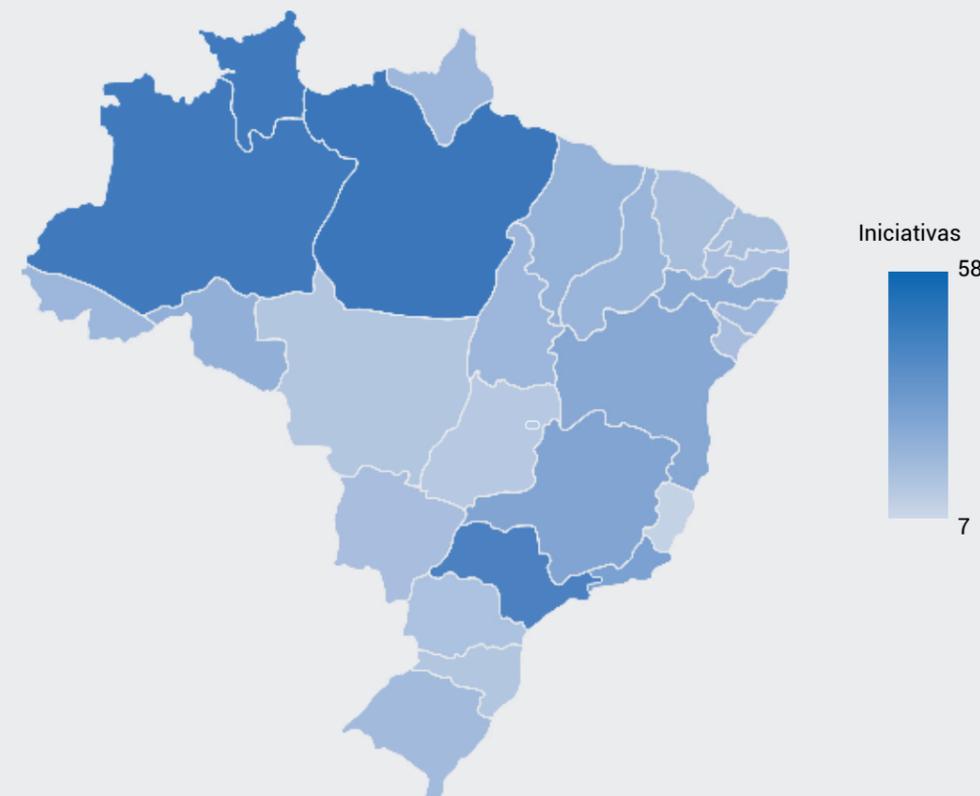
INICIATIVAS POR STATUS DE IMPLEMENTAÇÃO



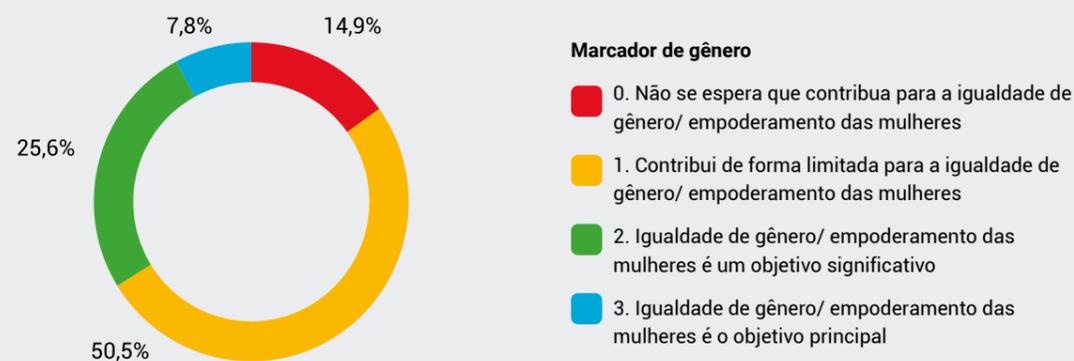
INICIATIVAS POR ODS



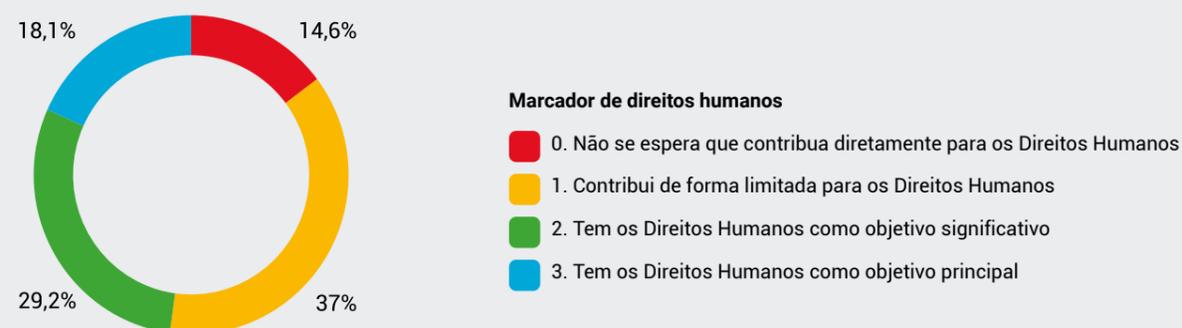
INICIATIVAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



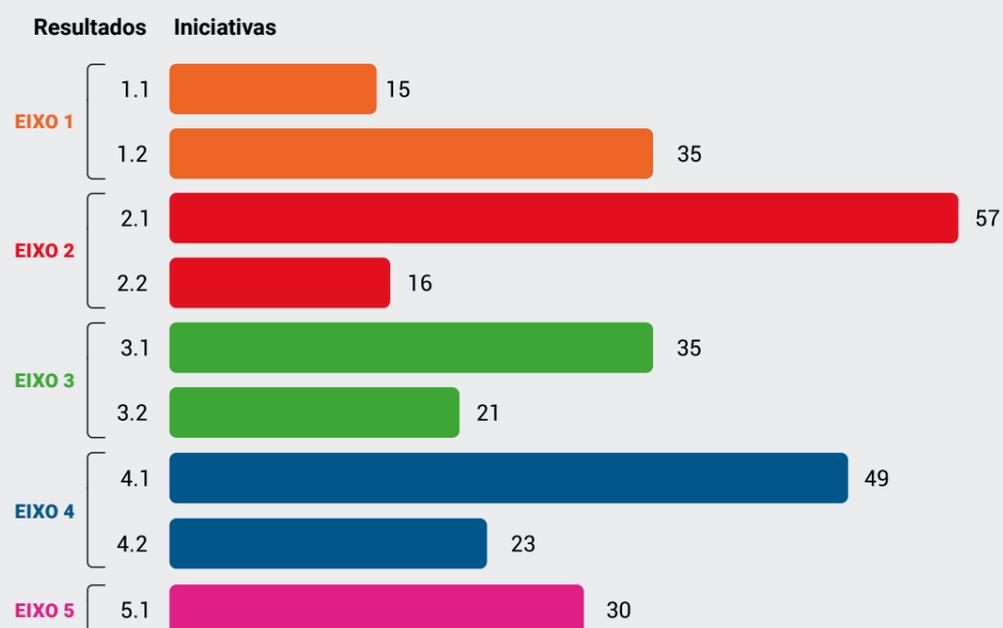
INICIATIVAS POR MARCADOR DE GÊNERO



INICIATIVAS POR MARCADOR DE DIREITOS HUMANOS



INICIATIVAS POR RESULTADO



INICIATIVAS POR BENEFICIÁRIOS



POPULAÇÕES QUE FORAM FOCO DE ATENÇÃO DO TRABALHO DA ONU EM 2023. EM NÚMERO DE INICIATIVAS:

População geral

- Juventude
- Mulheres e meninas
- Crianças
- Povos indígenas
- Adolescentes
- Migrantes
- Trabalhadores rurais
- Refugiados
- Afrodescendentes



Nota de rodapé: Os números aqui apresentados são preliminares e refletem as informações disponíveis em 20 de fevereiro de 2024. Informações constantemente atualizadas são disponibilizadas na plataforma www.uninfo.org



EIXO 1

TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA



DESAFIOS

Baixo valor agregado: atividades intensivas em recursos naturais

Baixa produtividade

Assimetrias digitais

Desigualdades estruturais

Altas taxas de pobreza

Alto desemprego

Assimetrias na quantidade e qualidade de emprego

Trabalho precário

Informalidade trabalhista

PRODUTOS

1.1.1: Transformação digital, tecnologias inovadoras, micro e pequenas empresas

1.1.2: Políticas públicas e modelos regulatórios, investimentos inovadores e sustentáveis

1.1.3: Produtividade e competitividade, MPME em cadeias globais de valor

1.1.4: Políticas macroeconômicas para o crescimento econômico sustentável

1.2.1: Capacidades de desenvolvimento econômico local reforçadas

1.2.2: Transição positiva da escola para o mundo do trabalho

1.2.3: Infraestruturas para serviços e bens públicos e sistemas de proteção social

1.2.4: Capacidades de povos indígenas e comunidades tradicionais fortalecidas

RESULTADOS

1.1: Em 2027, o Brasil terá avançado na transformação econômica sustentável, inclusiva e responsiva às questões de geração, gênero, raça e etnia, com a inserção da dimensão socioambiental nas cadeias produtivas, com melhoria da produtividade, inserindo-se na transformação tecnológica e digital em curso e ampliando a competitividade nacional e o desenvolvimento das capacidades humanas.

1.2: Em 2027, o Brasil terá avançado na inclusão econômica que contribui para a redução da pobreza, da fome, das vulnerabilidades, das desigualdades e da discriminação de geração, gênero, raça e etnia, e que garante o direito à educação transformadora para o pleno desenvolvimento da pessoa e o acesso ao trabalho decente, às oportunidades para geração de renda, à proteção social, econômica e políticas de cuidados e às infraestruturas resilientes, assegurando a igualdade de oportunidades e a sua sustentabilidade.

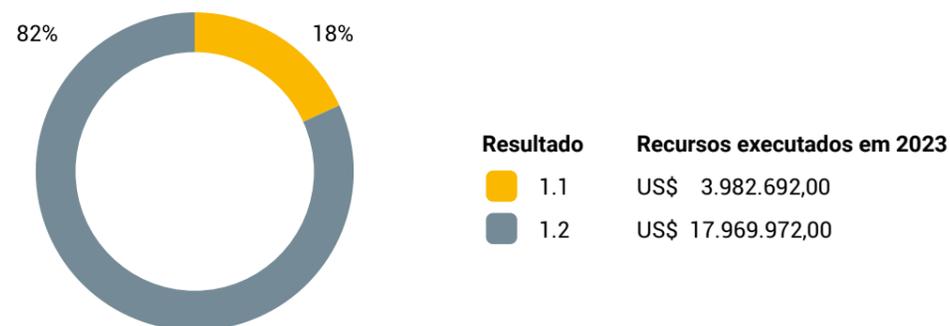


Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura



EIXO 1 . TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RECURSOS EXECUTADOS POR RESULTADO



50 iniciativas | **US\$ 34 milhões** requeridos | **US\$ 31 milhões** disponíveis | **US\$ 22 milhões** executados

RESULTADO 1

AFPs: OIT, PNUD, UNESCO, UNIDO, FAO, UNOPS

ODS: 1, 2, 4, 5, 8, 9, 11, 17

Iniciativas: 15

Recurso requerido: US\$ 4.630.190,00

Recurso disponível: US\$ 5.881.176,00

Recurso executado: US\$ 3.982.692,00

Produto com maior implementação: 1.1.2 (US\$ 2 milhões)

RESULTADO 2

AFPs: FAO, OIT, OIM, ONU Mulheres, UNICEF, PNUD, UNESCO, ACNUR, UNOPS, UNFPA

ODS: 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17

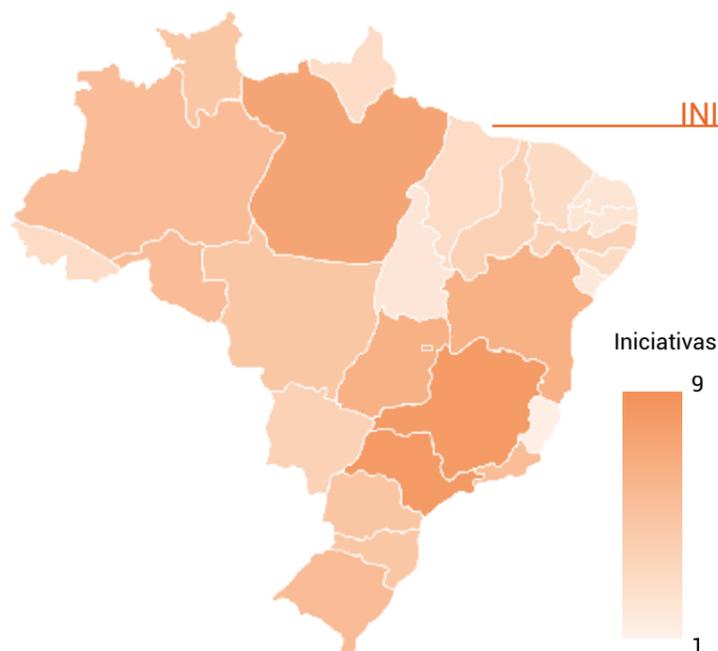
Iniciativas: 35

Recurso requerido: US\$ 29.599.524,00

Recurso disponível: US\$ 24.786.334,00

Recurso executado: US\$ 17.969.972,00

Produto com maior implementação: 1.2.4 (US\$ 8 milhões)



INICIATIVAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

UF	nº	UF	nº
São Paulo	9	Pernambuco	4
Minas Gerais	9	Paraná	4
Distrito Federal	9	Mato Grosso do Sul	4
Pará	7	Maranhão	3
Goiás	7	Ceará	3
Bahia	7	Alagoas	3
Rondônia	6	Acre	3
Rio Grande do Sul	6	Tocantins	2
Rio de Janeiro	6	Sergipe	2
Santa Catarina	5	Rio Grande do Norte	2
Roraima	5	Paraíba	2
Mato Grosso	5	Amapá	2
Amazonas	5	Espírito Santo	1
Piauí	4		

RECURSOS EXECUTADOS POR ODS



RECURSOS EXECUTADOS POR PRODUTO EM 2023

Produto	Recursos
1.1.1	US\$ 1.026.410,00
1.1.2	US\$ 1.679.245,00
1.1.3	US\$ 369.818,00
1.1.4	US\$ 907.219,00
1.2.1	US\$ 1.858.100,00
1.2.2	US\$ 1.283.702,00
1.2.3	US\$ 7.217.783,00
1.2.4	US\$ 7.610.387,00

Por meio de 50 iniciativas, o Sistema das Nações Unidas atuou ao longo de 2023 para fazer frente a alguns dos desafios econômicos mais prementes do Brasil, como a informalidade e a precariedade das relações trabalhistas, a infraestrutura insuficiente, a baixa produtividade e um modelo econômico que favorece a baixa industrialização e a produção intensiva em recursos naturais, além de reproduzir discriminações etárias, de gênero, raciais e étnicas.

A ONU trabalhou com órgãos governamentais em nível nacional e subnacional, com empresas privadas e com instituições locais em iniciativas com ênfase em infraestrutura, gestão ambiental e desenvolvimento regional. Parcerias público-privadas, gestão portuária e aeroportuária, infraestrutura de saúde e energia sustentável foram algumas das áreas de atuação. Pequenas e médias empresas da área de refrigeração, por exemplo, atualizaram sua tecnologia e passaram a produzir sistemas de refrigeração que não causam danos ao meio ambiente.

Aprendizagem a distância, capacitação para o empreendedorismo e programas de treinamento com foco específico em jovens, meninas afrodescendentes e populações vulneráveis contribuíram para uma abordagem abrangente aos desafios socioeconômicos e para o crescimento econômico inclusivo. Pessoas refugiadas e migrantes, indígenas e estudantes de instituições públicas de ensino também foram alvo desse tipo de ação.

Os projetos executados pela ONU também apoiaram instituições públicas a incorporar a igualdade de gênero em suas políticas e ações e ampliar o acesso a serviços públicos por comunidades marginalizadas, além de investir no levantamento de necessidades de grupos populacionais específicos, como mulheres rurais, refugiadas, migrantes, indígenas e afrodescendentes.

Na área da economia criativa, projetos culturais, educacionais e de desenvolvimento social complementaram e apoiaram esforços governamentais de valorização da diversidade e das várias heranças que compõem a cultura brasileira. Diagnósticos, planos estratégicos e fortalecimento de políticas públicas visaram à promoção do acesso à cultura e a bens culturais.

No meio rural, o apoio a empreendimentos econômicos sustentáveis incluiu subsídios e assistência técnica a iniciativas de produtores rurais na Amazônia, no Cerrado, na Caatinga e na Mata Atlântica para aumentar a produtividade e ampliar as opções de geração de renda, como, por exemplo, com a produção de plantas medicinais e derivados.

364 casos em que empresas apoiaram organizações trabalhistas, com apoio da ONU, para ampliar a capacidade de serviços de promoção de emprego decente e desenvolvimento econômico

2,43 milhões de pessoas com acesso ampliado a infraestrutura, inclusive digital, de qualidade

255 organizações, instituições governamentais e outros atores relevantes com capacidades ampliadas para desenhar e implementar políticas, estratégias e programas de aumento da produtividade, geração de renda e melhoria das condições de trabalho no sistema agroalimentar

232,7 mil oportunidades de estágio ou emprego formal para jovens

9,5 mil migrantes no mercado formal de trabalho ou empreendendo com apoio da ONU

1,8 mil municípios de sete estados se comprometeram com ações de inclusão de jovens no mercado formal de trabalho

12,8 mil jovens receberam treinamento profissional

TRAZENDO A NATUREZA DE VOLTA

Enquanto caminha entre pés de mamão, banana e macaxeira, Auzileide Bezerra da Costa descreve com admiração as transformações ocorridas naquele lugar. O mamoeiro é alto e carregado de frutos. Nas hortas, as folhas verdes de couve, salsinha e alface de vários tipos e tamanhos se destacam em meio ao terreno rochoso do sertão cearense. Há 8 meses, a roça da dona Auzileide era outra. "O papaia era muda. A gente não tinha esses pés de coco, a bananeira era pequena", conta.

"É gratificante ter em nosso dia a dia alimentos sem agrotóxicos. Tudo o que a gente produz é para o consumo da família. Eu nunca pensei em ver isso aqui na nossa área. Para mim, é um orgulho!", comemora.

Próxima ao município de Crato, no Ceará, a propriedade de 3.000m² cultivada por Auzileide e sua família se tornou exemplo de agrofloresta ao integrar as ações do REDESER, projeto implementado pela ONU e pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. A iniciativa visa ao desenvolvimento sustentável e à conservação ambiental em áreas suscetíveis à desertificação em cinco estados da região Nordeste por meio da introdução de sistemas agroflorestais para a recuperação dessas zonas. A agrofloresta é uma prática de cultivo que ajuda a recompor a cobertura vegetal e restaurar a saúde do solo degradado, principalmente pelo desmatamento. Permite também que

agricultoras e agricultores tenham garantia de segurança alimentar e nutricional, melhor produção e geração de renda.

Na plantação de dona Auzileide, tudo serve de adubo para a terra: espiga de milho, palha, sabugo, casca do feijão, da fava, de laranja, da banana, folhas e galhos. Já o capim não é mais arrancado, mas cortado para forrar o chão e oferecer uma cobertura que resfria o solo, facilita a retenção das águas da chuva durante os meses de estiagem e aumenta a disponibilidade de micronutrientes. Essa tecnologia é conhecida como roça perene.

"A gente trabalhava do jeito tradicional. Antes eu limpava o caminho com a enxada. Às vezes, quando era uma área maior, colocava fogo. Hoje em dia, não. Veio esse outro modo de a gente trabalhar e estamos trazendo a natureza de volta", explica.

A mudança na forma de cultivar a terra também transformou a vida do filho de Auzileide. Henrique Costa aprendeu como limpar a área, realizar a poda, entendeu o que se deve ou não plantar e decidiu se tornar técnico do projeto. Agora, ele compartilha com agricultoras e agricultores rurais novos métodos de manejar o solo. "Ensinamos o passo a passo para quando a gente não estiver mais ali, a pessoa saiba plantar e multiplicar o que aprendeu", conta.

FAO_DaniellePereira



EIXO 2



INCLUSÃO SOCIAL



DESAFIOS

- Desigualdades regionais
- Baixo acesso e qualidade de bens e serviços públicos
- Gargalos na implementação de políticas sociais
- Desigualdades estruturais
- Grupos em situação de vulnerabilidade
- Violência contra pessoas em vulnerabilidade
- Dificuldades em monitoramento
- Falta de dados desagregados
- Baixa participação social de grupos discriminados

PRODUTOS

- 2.1.1: Políticas públicas regionalizadas com estratégias de inclusão
- 2.1.2: Capacidades institucionais para produção de dados e análises
- 2.1.3: Políticas de educação de qualidade
- 2.1.4: Políticas de saúde e segurança alimentar
- 2.2.1: Capacidades de grupos discriminados fortalecidas
- 2.2.2: Capacidades institucionais para enfrentar a violência contra vulneráveis
- 2.2.3: Políticas e programas responsáveis, inclusivos e socialmente justos
- 2.2.4: Enfrentamento de todas as formas de discriminação e desigualdade

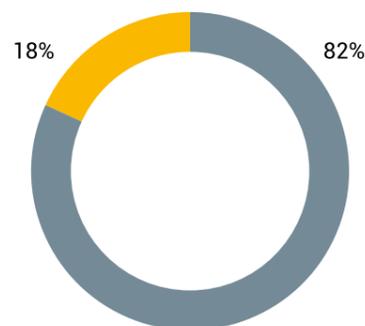
RESULTADOS

- 2.1: Até 2027, o Brasil terá ampliado e fortalecido a proteção social e demais políticas públicas para serem mais intersetoriais, inclusivas, participativas e efetivas, baseadas em evidências, atentas a grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade e orientadas, em todos os níveis de governo, ao respeito aos direitos humanos e à redução da pobreza, da fome e das desigualdades de grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade e à promoção da igualdade de geração, gênero, raça e etnia e do desenvolvimento sustentável ambiental e socialmente.
- 2.2: Até 2027, o Brasil terá ampliado e fortalecido os sistemas de garantias de direitos para que sejam ainda mais efetivos na integração transversal do respeito aos direitos humanos e da igualdade de geração, gênero, raça e etnia, no enfrentamento às suas violações e às múltiplas formas de discriminação e violências, incluindo a violência de gênero, e para que promovam a atuação coordenada de diferentes instâncias em todos os níveis de governo, bem como a participação da sociedade civil.



EIXO 2 . INCLUSÃO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RECURSOS EXECUTADOS POR RESULTADO



Resultado	Recursos executados em 2023
2.1	US\$ 27.078.056,00
2.2	US\$ 6.198.082,00

73 iniciativas | **US\$ 50 milhões** requeridos | **US\$ 41 milhões** disponíveis | **US\$ 33 milhões** executados

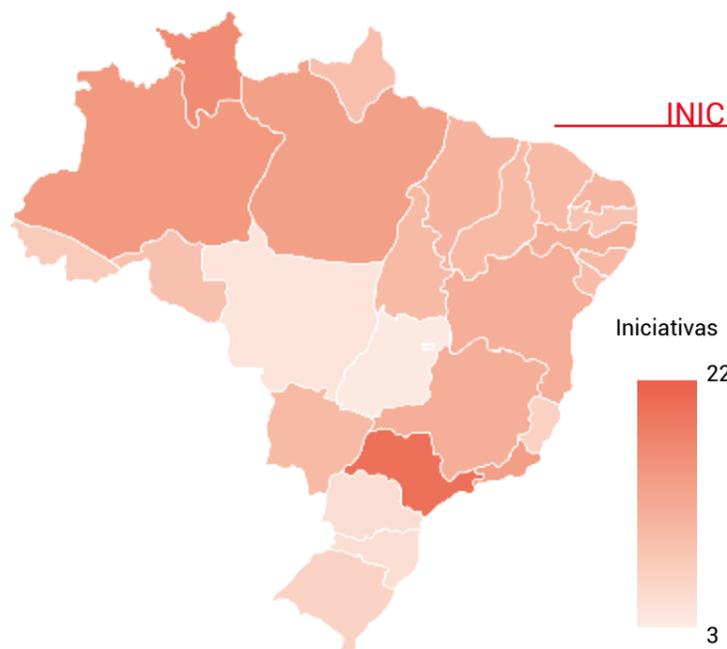
RESULTADO 1

AFPs: FAO. OIT. OIM. UNICEF. PNUD. UNESCO. ACNUR. ONU-Habitat. UNDRR. UNOPS. UNODC. UNFPA
 ODS: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17
 Iniciativas: 57
 Recurso requerido: US\$ 36.898.960,00
 Recurso disponível: US\$ 32.689.275,00
 Recurso executado: US\$ 27.078.056,00
 Produto com maior implementação: 2.1.4 (US\$ 12 milhões)

RESULTADO 2

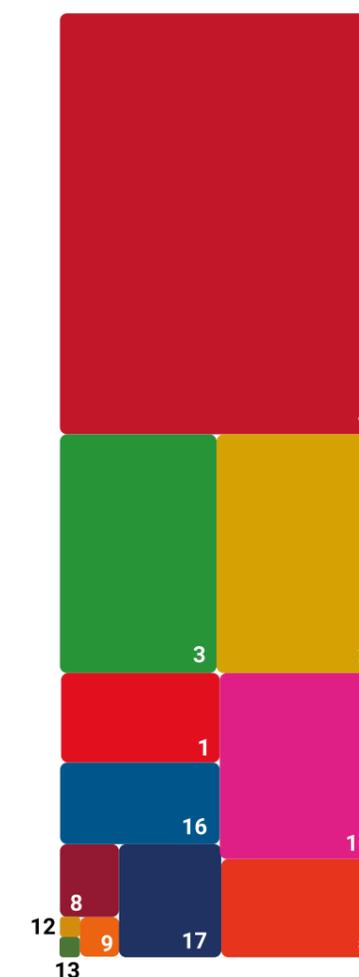
AFPs: ONU Mulheres, UNICEF, PNUD, UNESCO, ACNUDH, ACNUR
 ODS: 1. 4. 5. 6. 8. 10. 11. 16. 17
 Iniciativas: 16
 Recurso requerido: US\$ 12.844.718,00
 Recurso disponível: US\$ 8.454.251,00
 Recurso executado: US\$ 6.198.082,00
 Produto com maior implementação: 2.2.1 (US\$ 6 milhões)

INICIATIVAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



RECURSOS EXECUTADOS POR ODS

4	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	US\$ 14.836.901,38
2	FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	US\$ 4.357.349,50
3	SAÚDE E BEM-ESTAR	US\$ 4.052.834,08
10	REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	US\$ 3.273.023,30
5	IGUALDADE DE GÊNERO	US\$ 1.785.580,22
1	ERRADICAÇÃO DA POBREZA	US\$ 1.562.589,00
16	PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	US\$ 1.404.219,72
17	PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	US\$ 1.285.354,46
8	TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	US\$ 456.770,00
9	INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	US\$ 183.68,00
12	CONSUMO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS	US\$ 38.916,16
13	AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA	US\$ 38.916,16



RECURSOS EXECUTADOS POR PRODUTO EM 2023

Produto	Recursos
2.1.1	US\$ 3.051.274,00
2.1.2	US\$ 1.018.615,00
2.1.3	US\$ 11.425.777,00
2.1.4	US\$ 11.582.390,00
2.2.1	US\$ 5.786.934,00
2.2.2	US\$ 314.937,00
2.2.4	US\$ 96.211,00

As desigualdades estruturais da sociedade brasileira afetam mais acentuadamente grupos populacionais específicos com grandes contingentes de pessoas, além de demarcar diferenças consideráveis entre os índices de desenvolvimento das cinco regiões do país.

As agências especializadas, fundos e programas que compõem o Sistema ONU no Brasil empreenderam 73 iniciativas voltadas à promoção dos direitos humanos e da igualdade de gênero, ao combate ao racismo e outras formas de discriminação, ao fortalecimento dos serviços de saúde e educação e das redes de proteção social, ao enfrentamento da violência e ao investimento em jovens. Essas iniciativas refletem um esforço concertado da ONU para abordar os desafios sociais multifacetados do Brasil e promover o desenvolvimento sustentável.

Por meio de campanhas, assistência técnica a instituições governamentais e empresas privadas e disseminação de informações confiáveis, a ONU promoveu os direitos humanos e a igualdade de gênero e racial como parte integrante de ações de assistência social, educação e saúde. Especificamente na área de saúde, iniciativas de prevenção e tratamento de HIV/AIDS e outras infecções sexualmente transmissíveis, saúde e nutrição de crianças e adolescentes e atendimento emergencial em saúde para populações indígenas se destacaram ao longo de 2023.

Para avançar no acesso e na qualidade da educação, projetos de aprimoramento da gestão educacional e de métodos de ensino, além de melhorias na infraestrutura das escolas, destacaram-se. A revisão de diretrizes curriculares, a avaliação de desempenho e o aprendizado e a adoção de práticas inclusivas de acesso de pessoas com deficiência à educação contaram com o apoio do Sistema ONU, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Esforços para melhorar a acessibilidade e a qualidade de ferramentas de complementação de aprendizagem a distância e a busca ativa por crianças e adolescentes fora da escola se destacaram.

As crianças foram alvo de atenção especial em ações de promoção do desenvolvimento na primeira infância, da imunização e da proteção social, inclusive contra a violência. Campanhas e atividades de campo sensibilizaram milhares de pessoas em todo o país e mobilizaram entes governamentais para prevenir a violência contra crianças.

O Sistema ONU trabalhou para incorporar direitos de jovens e adolescentes em políticas e programas nacionais e subnacionais. Os impactos da mudança no clima, demandas de saúde e direitos reprodutivos, cuidado com a saúde mental, educação acessível e

de qualidade, dignidade menstrual e enfrentamento à violência, à fome e à pobreza são alguns dos temas que perpassam a atuação da ONU para as juventudes. Com abordagens sensíveis a gênero, raça e contexto socioeconômico, a ONU apoiou o envolvimento de jovens em processos participativos de tomada de decisão, como a Conferência Nacional da Juventude e os Diálogos Amazônicos.

15 políticas de proteção social novas ou revisadas com apoio da ONU para aprimorar benefícios e cobertura

40 mecanismos ou iniciativas de coleta e análise de dados desagregados para monitorar o progresso rumo aos ODS

909,8 mil pessoas acessando serviços básicos com apoio da ONU

24 políticas de saúde desenvolvidas com apoio da ONU adotadas de acordo com padrões de direitos humanos

231 mil adolescentes e jovens envolvidos em espaços formais e não formais de participação para demandar seus direitos

60 mil professores capacitados

802 mil pessoas alcançadas pela campanha on-line pelos 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

3.535 municípios em 15 estados engajados na busca ativa escolar



UNICEF_Erico Hiller

VACINA DE PORTA EM PORTA

Era um dia muito quente quando Gilmara Gomes de Souza, agente comunitária de saúde, foi até a casa de Ângelo Matheus Dias, 2 meses, em Baturité, no estado do Ceará. Na visita, a agente detectou que a carteirinha de vacinação do bebê precisava ser atualizada com quatro vacinas. Quando nasceu, o menino não recebeu as primeiras vacinas, pois não estavam disponíveis no hospital. Ao voltar para casa, a mãe estava sobrecarregada e não conseguiu ir ao posto de saúde.

Ângelo vive com o irmão, Antony Miguel, 2 anos, a mãe, Tavianna de Lima Dias, o pai e a avó no bairro Beira Rio. Durante a pandemia, a família passou

por momentos difíceis. O avô, principal provedor financeiro, faleceu de covid-19. O medo de doenças e inseguranças sobre o futuro fizeram com que a família descuidasse da saúde.

“A Tavianna e sua família sempre moraram na minha área de atuação, então os acompanho há muito tempo. Durante a pandemia, criamos um elo de amizade muito forte. Nas visitas, pedia para eles fazerem exames e irem ao médico, mas eles não iam. Com o tempo e conversas constantes, eles entenderam a importância da prevenção e imunização por meio das vacinas”, conta Gilmara.

O receio da vacina sondava os pensamentos de Tavianna. “Acabei atrasando a vacina de Ângelo, eu fico com dó dele levar picadas, mas entendi que é muito importante, pois as crianças ficam muito expostas a doenças”, diz Tavianna.

A visita de Gilmara à casa de Ângelo é parte de um grande esforço: a Busca Ativa Vacinal, iniciativa que apoia os municípios na garantia da imunização infantil. Em Baturité, o município colocou em prática o esforço integral e intersetorial, fazendo com que a imunização das crianças ultrapassasse os muros dos postos de saúde e alcançasse diferentes locais e serviços. Em articulação com a Secretaria de Educação, o município passou a vacinar também em creches.

“Por meio da Gilmara, agente comunitária de saúde, detectamos que o Ângelo estava com a vacina atrasada. Encaminhamos para o lugar mais próximo da residência dele para vacinação: a creche. Vacina atrasada é vulnerabilidade para doenças. E vacina boa é vacina que vai para o braço. Buscamos as crianças onde quer que elas estejam; afinal, todo artista tem que ir aonde o povo está”, fala Liwana Yakima, enfermeira e coordenadora da Busca Ativa Vacinal em Baturité.

EIXO 3

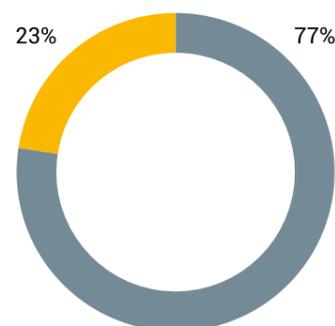


MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA



EIXO 3 . MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RECURSOS EXECUTADOS POR RESULTADO



Resultado	Recursos executados em 2023
3.1	US\$ 9.044.245,00
3.2	US\$ 2.635.560,00

56 iniciativas | **US\$ 43 milhões** requeridos | **US\$ 42 milhões** disponíveis | **US\$ 12 milhões** executados

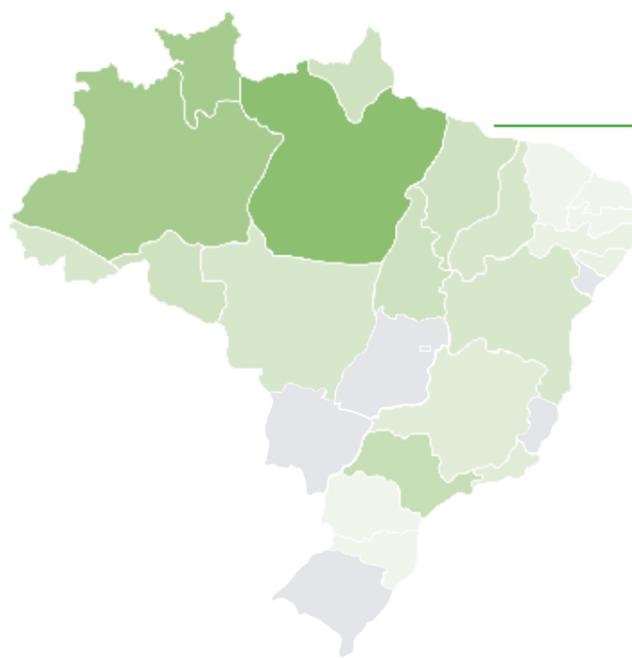
RESULTADO 1

AFPs: FAO, FIDA, UNICEF, PNUD, UNESCO, PNUMA, ACNUR, ONU-Habitat, UNIDO, UNDRR, UNODC
 ODS: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17
 Iniciativas: 35
 Recurso requerido: US\$ 37.190.903,00
 Recurso disponível: US\$ 38.595.332,00
 Recurso executado: US\$ 9.044.245,00
 Produto com maior implementação: 3.1.1 (US\$ 8 milhões)

RESULTADO 2

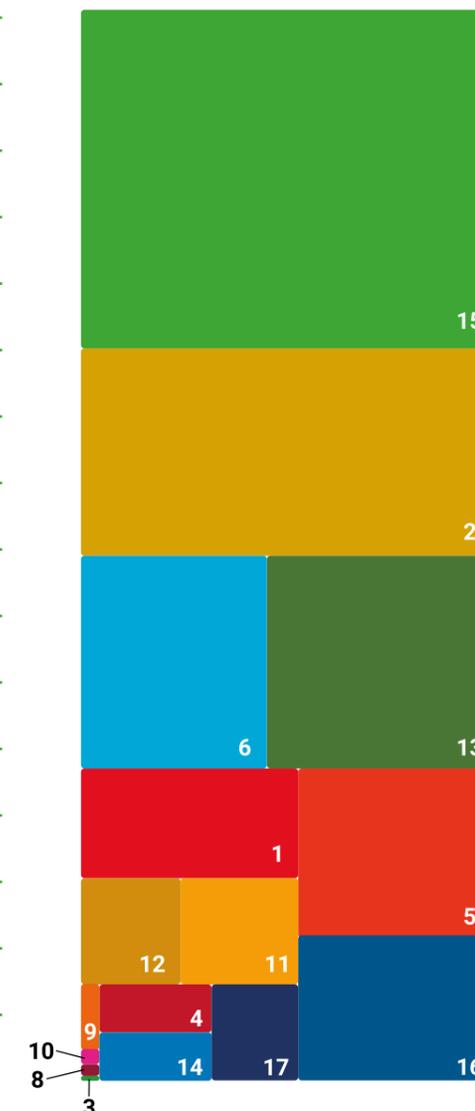
AFPs: FAO, FIDA, OIM, PNUD, PNUMA, ACNUDH, ACNUR, ONU-Habitat, UNDRR
 ODS: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 17
 Iniciativas: 21
 Recurso requerido: US\$ 6.137.964,00
 Recurso disponível: US\$ 3.762.966,00
 Recurso executado: US\$ 2.635.560,00
 Produto com maior implementação: 3.2.3 (US\$ 2 milhões)

INICIATIVAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA



RECURSOS EXECUTADOS POR ODS

15	VIDA TERRESTRE	US\$ 3.787.657,17
2	FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	US\$ 2.320.871,00
13	AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA	US\$ 1.300.339,25
6	ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	US\$ 1.071.131,17
5	IGUALDADE DE GÊNERO	US\$ 886.016,00
16	PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	US\$ 760.496,00
1	ERRADICAÇÃO DA POBREZA	US\$ 646.320,00
11	CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	US\$ 333.245,00
12	CONSUMO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS	US\$ 287.050,00
17	PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	US\$ 223.119,00
4	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	US\$ 145.991,00
14	VIDA NA ÁGUA	US\$ 144.732,00
9	INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	US\$ 35.941,00
10	REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	US\$ 7.594,00
8	TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	US\$ 6.960,00
3	SAÚDE E BEM-ESTAR	US\$ 2.770,00



RECURSOS EXECUTADOS POR PRODUTO EM 2023

Produto	Recursos
3.1.1	US\$ 7.838.881,00
3.1.2	US\$ 20.880,00
3.1.3	US\$ 0,00
3.1.4	US\$ 1.184.484,00
3.2.1	US\$ 38.079,00
3.2.2	US\$ 384.155,00
3.2.3	US\$ 1.701.072,00
3.2.4	US\$ 512.254,00

A expansão desordenada das cidades, o planejamento urbano frágil e diversos gargalos no monitoramento ambiental, associados a desigualdades regionais acentuadas, impõem severos desafios ao desenvolvimento ambiental do país, com efeitos tanto sobre o meio ambiente quanto sobre a população. O Sistema ONU, por meio de 56 iniciativas, apoiou o Brasil em seus esforços para fazer frente a esses desafios ao longo de 2023, atuando em vários aspectos da sustentabilidade, conservação ambiental, transição energética e finanças sustentáveis e inclusivas.

Na área de finanças sustentáveis, a partir de uma análise de políticas públicas e instrumentos financeiros relacionados à economia circular em sete países da América Latina e Caribe, a ONU fez recomendações para avançar na implementação desse tipo de economia e aumentar o financiamento disponível na região, destacando a necessidade de intensificar a ação conjunta dos setores público e privado para diminuir o déficit de investimento sustentável e dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental.

A ONU apoiou o aprimoramento da gestão dos recursos hídricos na Bacia Amazônica, com foco na melhoria da governança, no reforço da resiliência comunitária e no estabelecimento de sistemas de monitoramento. Foram organizadas oficinas regionais e reuniões técnicas, promovendo a colaboração entre os oito países amazônicos. As atividades incluíram o estabelecimento de sistemas transfronteiriços de alerta precoce, redes de monitoramento de águas subterrâneas e acompanhamento do recuo das geleiras.

Diversas iniciativas tiveram como objetivo sensibilizar e mobilizar ações em resposta à emergência climática. No Distrito Federal, por exemplo, a ONU apoiou o governo local na implementação de medidas de redução das emissões de carbono e na ampliação da infraestrutura urbana. O fortalecimento do mercado de carbono foi uma das estratégias de resposta às mudanças do clima, inclusive com o desenvolvimento de legislação específica, que segue sob apreciação do Congresso Nacional. Ações de REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) foram tema de colaboração entre a ONU e o Consórcio Interestadual da Amazônia Legal e da participação da ONU nos Diálogos Amazônicos, realizados durante a Cúpula da Amazônia, em Belém, Pará.



ACNUR - Jeffrey Guillemard

40,7 mil pessoas diretamente beneficiadas por iniciativas da ONU de proteção do meio ambiente e promoção do uso sustentável de recursos naturais

573,8 mil pessoas alcançadas por serviços de água potável e acessível apoiados pela ONU

412 entidades capacitadas para a implementação de acordos Ambientais multilaterais com apoio da ONU

R\$ 3,2 milhões mobilizados para fomento à agricultura urbana

R\$ 500 milhões em créditos para 206 fazendas recuperarem 140 mil ha de pasto degradado

2,2 mil pessoas participando da elaboração do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil

4,5 mil produtores rurais na Amazônia registrados no Cadastro Ambiental Rural

565 mil estudantes de 10,8 mil escolas participando de programa de lavagem de mãos

12,4 mil indígenas Yanomami beneficiados por ações de WASH

50 mil jovens participando de discussões sobre mudanças do clima

Os esforços para combater os crimes transnacionais na Amazônia ganharam impulso em 2023, com ações de intercâmbio de informações entre países e entidades e reforço das capacidades de fiscalização. A exploração madeireira ilegal, o tráfico de animais silvestres e o tráfico de mercúrio foram alguns dos temas abordados. Essas iniciativas destacaram a abordagem colaborativa e envolveram entidades governamentais, organizações internacionais e comunidades locais. No âmbito nacional, atividades para melhorar a resposta do sistema de justiça criminal brasileiro aos crimes florestais incluíram capacitação e diálogos interinstitucionais, cooperação entre entes estaduais e federais, entidades do setor privado e agências de aplicação da lei, doação de equipamentos para operações de inspeção remota e identificação de desafios e oportunidades para ação conjunta contra o desmatamento ilegal e o tráfico de madeira.

A preservação das florestas tropicais e a defesa dos direitos humanos em geral e de povos indígenas e outras comunidades tradicionais especificamente andaram juntas em iniciativas que incluem formação de lideranças e agricultura sustentável, além de temas transversais, como igualdade de gênero e migração. A atuação junto a instituições do Estado brasileiro, como o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, e em parceria com órgãos governamentais e empresas buscou avançar na defesa desses direitos e no monitoramento de conflitos agrários.

Na Caatinga, foram realizadas ações de fomento à agrofloresta, ao aprimoramento da gestão e uso da terra e ao empoderamento comunitário. Em diversos municípios brasileiros, foram implementadas iniciativas para melhorar as instalações de água, saneamento e higiene (WASH) em escolas e comunidades indígenas, bem como serviços WASH inclusivos e resilientes às alterações climáticas para escolas em pequenos municípios, incluindo o desenvolvimento e a implementação de normas para práticas adequadas de saúde menstrual e higiene.



BRIGADAS DE INCÊNDIO

“Tenho 59 anos e sempre sonhei em ser bombeiro, mas só sabia o que via na TV e nas revistas. Agora aprendi que existe uma técnica real para apagar incêndios: é preciso entrar com um batedor de fogo, uma pá, um ancinho... entrar com tudo!” Quem ensina a técnica correta para combater um incêndio florestal é dona Miriam, bombeira voluntária treinada como brigadista em iniciativa da ONU que pretende prevenir incêndios na Amazônia.

Durante décadas, o aquecimento global tornou as florestas tropicais, como a Amazônica, mais secas e mais vulneráveis aos incêndios florestais, e os próprios incêndios tornaram-se mais frequentes e mais destrutivos.

O ano de 2019 foi um sinal de alerta: a pior temporada de incêndios florestais em uma década destruiu mais de 47 milhões de hectares de floresta tropical – uma área maior que a Suécia – e libertou milhões de toneladas de gases de efeito estufa na atmosfera.

“Quando você vê fogo na natureza, isso não te dá medo, mas sim tristeza. Te enche de desespero ver algo que você tenta proteger sendo destruído”, conta dona Miriam.

No total, a iniciativa já capacitou cerca de 700 voluntários de todas as idades, mais da metade deles mulheres. Cada brigada está organizada em um grupo de sete a dez combatentes com um líder designado que é responsável por mobilizar a equipe em caso de incêndio.

As brigadas recebem bombas d'água portáteis de 20 litros com pulverizador, motosserras, batedores de borracha, roçadoras, ancinhos, facões e roupas de proteção. Cada curso combina aulas presenciais, exercícios práticos e treinamento sobre como usar o equipamento fornecido. A ênfase está no combate a incêndios e ainda mais na prevenção.

Na região Amazônica, as ações de desmatamento e queimada para limpar terras para culturas são praticadas regularmente tanto pela agricultura industrial como pelos pequenos agricultores. Mas sem os devidos cuidados essas queimadas podem facilmente sair do controle e estão entre as principais causas dos incêndios florestais. Quando isso acontece, é raro encontrar um corpo de bombeiros nas proximidades com uma equipe completa e pronta para combater as chamas. Os residentes locais são geralmente as primeiras – e por vezes as únicas – pessoas disponíveis para lidar com essas emergências.

“Esse amor, essa paixão pela nossa Amazônia, tenho isso no coração desde criança. Mas se você tentar combater um incêndio apenas com coragem, você está correndo um grande risco. Você precisa de equipamento adequado e conhecimento”, ressalta Felipe, bombeiro voluntário.





GOVERNANÇA E CAPACIDADES INSTITUCIONAIS

EIXO 4

Viva o Verde SP_ONUHabitat



DESAFIOS

- Má-informação
- Baixo acesso e qualidade de bens e serviços públicos
- Fraqueza institucional, especialmente em nível subnacional
- Desigualdades estruturais
- Dificuldade em coordenar políticas públicas
- Violência contra grupos vulneráveis
- Falta de transparência
- Falta de dados
- Alcance limitado das ações do Estado

PRODUTOS

- 4.1.1: Controle, desenvolvimento e aplicação do marco legal de transparência, integridade e combate a corrupção
- 4.1.2: Capacidades fortalecidas de participação e controle social
- 4.1.3: Políticas e programas para redução da criminalidade e violência
- 4.1.4: Cooperação Sul-Sul e Trilateral
- 4.1.5: Combate a crimes transnacionais e mitigação de seus impactos
- 4.2.1: Implementação de abordagens de equidade e direitos humanos
- 4.2.2: Gestão pública baseada em evidências
- 4.2.3: Capacidades para a convergência das ações do

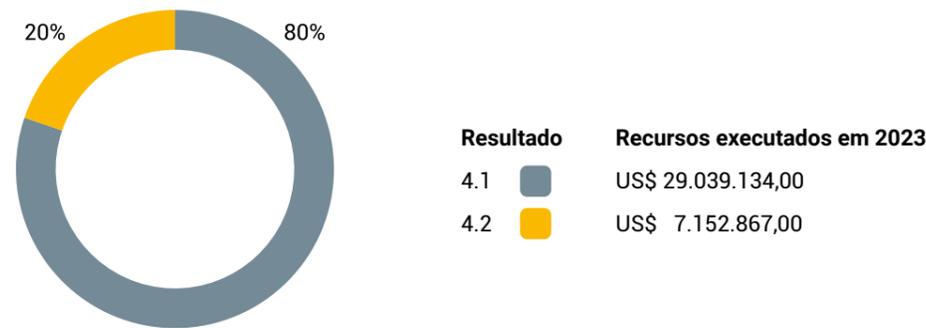
RESULTADOS

- 4.1: Em 2027, o Brasil terá fortalecido, no marco do estado democrático de direito, sua governança, legislação, capacidades e articulação institucionais com ampliação da participação popular para elaborar e executar políticas públicas baseadas em evidências, em direitos humanos e igualdade de geração, gênero, raça e etnia, com vistas à prevenção e ao enfrentamento à corrupção, ao crime e às múltiplas formas de violência, e orientadas às especificidades do território e à transparência, com inovação, cooperação nacional e internacional, e ampla participação da sociedade.
- 4.2: Até 2027, a sociedade brasileira - especialmente grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade - terá maior acesso a bens e serviços públicos de qualidade, à inclusão digital e novas tecnologias, maior capacidade de exercer seus direitos e contribuir com o processo de tomada de decisão, livres de violência e discriminação, para redução das desigualdades sociais e promoção da igualdade de geração, gênero, raça e etnia.



EIXO 4 . GOVERNANÇA E CAPACIDADES INSTITUCIONAIS

RECURSOS EXECUTADOS POR RESULTADO



72 iniciativas | **US\$ 50 milhões** requeridos | **US\$ 47 milhões** disponíveis | **US\$ 36 milhões** executados

RESULTADO 1

AFPs: FAO, OIT, OIM, ONU Mulheres, UNICEF, PNUD, UNESCO, ACNUR, ONU-Habitat, UNOPS, UNODC, UNFPA
 ODS: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 15, 16, 17
 Iniciativas: 49
 Recurso requerido: US\$ 40.407.179,00
 Recurso disponível: US\$ 37.233.092,00
 Recurso executado: US\$ 29.039.134,00
 Produto com maior implementação: 4.1.3 (US\$ 11 milhões)

RESULTADO 2

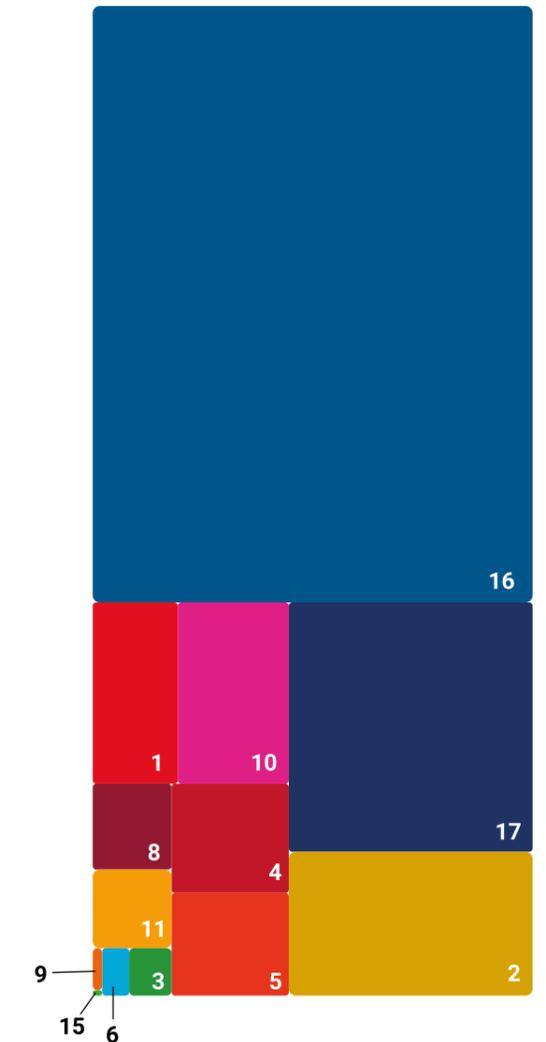
AFPs: ONU Mulheres, UNICEF, PNUD, UNESCO, ACNUDH, ACNUR, ONU-Habitat, UNFPA
 ODS: 1, 3, 4, 5, 9, 10, 11, 16, 17
 Iniciativas: 23
 Recurso requerido: US\$ 9.480.914,00
 Recurso disponível: US\$ 9.273.037,00
 Recurso executado: US\$ 7.152.867,00
 Produto com maior implementação: 4.2.2 (US\$ 3 milhões)



INICIATIVAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

UF	Nº	UF	Nº
Pará	10	Rondônia	4
Amazonas	9	Amapá	3
Roraima	8	Ceará	3
São Paulo	8	Distrito Federal	3
Pernambuco	7	Paraíba	3
Minas Gerais	6	Piauí	3
Rio de Janeiro	6	Rio Grande do Norte	3
Acre	4	Sergipe	3
Alagoas	4	Tocantins	3
Bahia	4	Goiás	2
Maranhão	4	Mato Grosso do Sul	2
Paraná	4	Santa Catarina	2
Rio Grande do Sul	4	Mato Grosso	1

RECURSOS EXECUTADOS POR ODS



RECURSOS EXECUTADOS POR PRODUTO EM 2023



Com 72 iniciativas em todo o território nacional, que incluíram ações transfronteiriças, o Sistema das Nações Unidas trabalhou junto às instituições brasileiras para ampliar a transparência, a integridade e a participação e o controle social, além de combater a corrupção, a violência e a criminalidade. A ampliação da capacidade de gerar e analisar dados e evidências aliada à promoção da equidade e dos direitos humanos contribuiu para o aprimoramento das capacidades das instituições nacionais e, em última instância, para o fortalecimento da democracia.

Como nos demais eixos temáticos, combater as múltiplas formas de discriminação e incluir os grupos populacionais em situação de maior vulnerabilidade foram prioridades. Pessoas da comunidade LGBTQIA+, afrodescendentes, povos indígenas, mulheres, idosos, crianças e jovens são alguns desses grupos que comumente não conseguem acessar plenamente políticas públicas e programas, e aproximar o Estado dessas pessoas é o primeiro passo para não deixar ninguém para trás.

Para isso, fortalecer essas políticas e programas, assim como o corpo técnico das instituições públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal, é crucial. As agências especializadas, fundos e programas da ONU com atuação no país desenvolveram inúmeras atividades de capacitação e fortalecimento institucional, em áreas que vão desde a preservação cultural até o combate ao crime organizado transnacional, passando por esporte, gênero, educação, justiça e combate ao racismo, entre outras.

Participaram dessas atividades autoridades nacionais, agentes da lei, inclusive policiais e agentes de fronteira, promotores de justiça, defensores públicos, assistentes sociais, profissionais da saúde e outros servidores públicos. Em outra linha estratégica de atuação, foram capacitadas entidades da sociedade civil, grupos de jovens, associações de mulheres e de povos indígenas e outras organizações de base para ampliar sua participação e seu poder de incidência em processos de tomada de decisão.

O combate ao crime organizado se destacou, tanto em sua vertente nacional quanto transfronteiriça. Tráfico de drogas, de armas, de animais silvestres e pessoas e seus vínculos com crimes ambientais, garimpo ilegal e crimes comuns desafiam as forças da lei e requerem abordagens inovadoras, baseada em evidências e em interação com outros países. A ONU apoiou treinamentos, produção e análise de dados, medidas de fortalecimento do arcabouço legal e jurídico e cooperação internacional para apoiar os esforços das autoridades brasileiras e fazer frente a esses desafios.

Assuntos, como o combate ao trabalho análogo à escravidão, a gestão do sistema prisional, o enfrentamento às várias formas de violência, inclusive contra mulheres e crianças, e a ampliação do acesso à justiça estiveram no foco de atuação da ONU. O objetivo é promover abordagens que levam em consideração os direitos humanos e as desigualdades estruturais da sociedade brasileira e que colocam os direitos das vítimas em primeiro plano.

APOIO AO CENSO

O Sistema das Nações Unidas atuou em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na elaboração e realização do Censo Demográfico. Por meio de cooperação técnica direta, entidades da ONU apoiaram a modernização das estatísticas e da produção geocientífica do IBGE, com ações de aprimoramento de recursos humanos, proposição de estratégias de campo, gestão de coleta de dados, divulgação e comunicação para melhorar a cobertura censitária e estabelecimento de benchmark para outras pesquisas do IBGE.

Além disso, a parceria favoreceu a ampliação da cobertura do Censo e o aperfeiçoamento das estimativas populacionais. Houve um esforço concentrado para incluir os grupos populacionais usualmente não contemplados pelas estatísticas oficiais. Com isso, pela primeira vez, o Censo Demográfico atingiu 100% das favelas do Brasil, povos indígenas, inclusive todo o território Yanomami, e territórios quilombolas, o que possibilita o desenho e a implementação de políticas públicas específicas para essas populações.

A inclusão da população quilombola, por exemplo, representa um marco de reparação histórica para as populações afrodescendentes que pode servir de inspiração e referência para outros países da diáspora africana. Resta o desafio de assegurar que os dados obtidos a partir do recenseamento sirvam para a tomada de ações que resultam em mais direitos e mais oportunidades para a população quilombola.

“Gostaria de agradecer a todas as lideranças quilombolas. O Censo é uma conquista de anos de lutas. É muito importante que a gente possa avançar na construção de políticas públicas, e os dados coletados servem para que todos os ministérios que atuam com a política quilombola possam alavancar e chegar a esses territórios”, afirma o coordenador da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Denildo Rodrigues, conhecido como Biko.

A ação em apoio ao Censo está alinhada às propostas da ONU 2.0, que incluem o quinteto da mudança: construir competências e cultura de produção e análise de dados, desenvolver competências digitais, cultivar a inovação, inculcar cultura de construção de cenários e promover a ciência comportamental para propor estratégias e intervenções que conduzam a transformações positivas.

224,6 mil pessoas com acesso à justiça com apoio da ONU

6 mil pessoas beneficiadas por programas de prevenção ao trabalho infantil, análogo à escravidão e tráfico de pessoas

100 mil processos de prisão temporária revisados

20 mil jovens capacitados em esportes, cultura e tecnologia da informação

Informações sobre **acesso à justiça** traduzidas para **4 idiomas indígenas**

3,1 mil pessoas atendidas por ações de **cidadania** na bacia do Rio Tapajós

42% de diminuição da letalidade policial no Paraná após seis anos de colaboração

56 juízas e juizes capacitados em protocolos de assistência a **vítimas de tráfico de pessoas**

1 mil gestores de água capacitados

144 milhões de casos armazenados em **plataforma on-line** do sistema Judiciário

1 mil funcionários de empresas privadas treinados para combater **estereótipos de gênero**

136,7 mil crianças vítimas de **violência** assistidas

16,1 mil profissionais do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente **capacitados**



UNFPA_AndersonCoelho



EIXO 5

RELAÇÃO DAS AÇÕES HUMANITÁRIAS E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



DESAFIOS

- Aumento nos fluxos migratórios entre fronteiras
- Chegada massiva de refugiados e migrantes
- Ameaça aos direitos humanos
- Aumento das desigualdades
- Populações em situação de grande vulnerabilidade
- Crescente risco de violência
- Xenofobia
- Falta de dados
- Aumento no risco de desastres

PRODUTOS

- 5.1.1: Políticas, marcos normativos e redes de proteção social para resposta emergencial
- 5.1.2: Estudos, coleta de dados desagregados, diagnósticos e metodologias
- 5.1.3: Pessoas em situação de vulnerabilidade com capacidades de participação em políticas, planos, leis e orçamentos
- 5.1.4: Políticas públicas e estratégias de redução de riscos e gestão de desastres baseadas em evidências

RESULTADOS

5.1: Até 2027, o Brasil terá suas estratégias, políticas públicas e capacidades institucionais fortalecidas e ampliadas, em todos os níveis de governo e em articulação com o setor privado e a sociedade civil, para prevenir, mitigar e responder a crises humanitárias e desastres, com base em evidências, com especial atenção às populações afetadas, às pessoas refugiadas, migrantes e apátridas e demais grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade, em sua diversidade, combatendo a xenofobia e a intolerância e promovendo o respeito aos direitos humanos, a igualdade de geração, gênero, raça e etnia e o desenvolvimento



EIXO 5 . RELAÇÃO DAS AÇÕES HUMANITÁRIAS E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

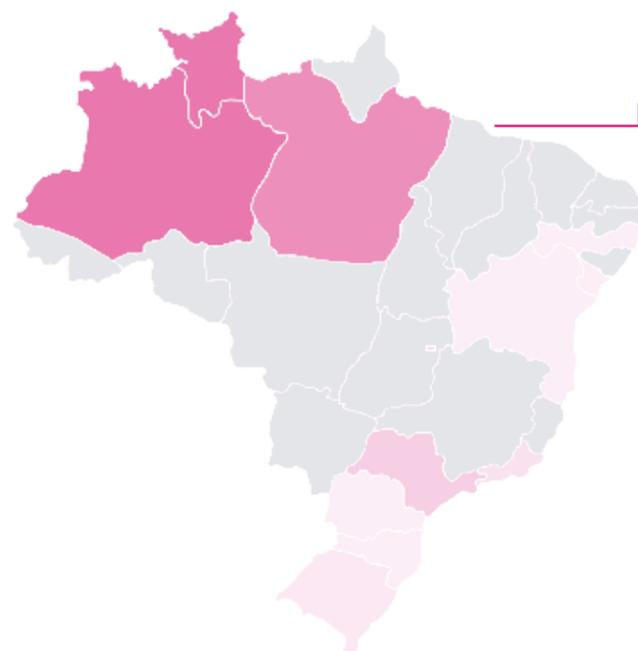
INICIATIVAS DO EIXO 5 POR MARCADOR HUMANITÁRIO



30 iniciativas | **US\$ 33 milhões** requeridos | **US\$ 26 milhões** disponíveis | **US\$ 20 milhões** executados

RESULTADO 1

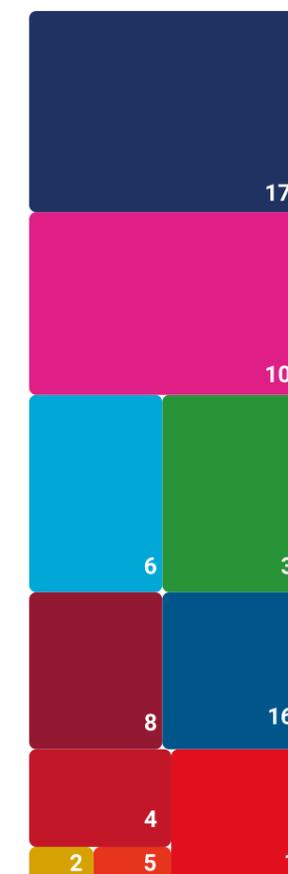
AFPs: OIM, ONU Mulheres, UNICEF, ACNUR, ONU-Habitat, UNAIDS, UNDRR, UNOPS, UNODC, UNFPA
 ODS: 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 16, 17
 Iniciativas: 30
 Recurso requerido: US\$ 33.313.162,00
 Recurso disponível: US\$ 26.336.113,00
 Recurso executado: US\$ 19.678.279,00
 Produto com maior implementação: 5.1.1 (US\$ 17 milhões)



INICIATIVAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

UF	Nº
Amazonas	16
Roraima	16
Pará	13
São Paulo	6
Distrito Federal	4
Rio de Janeiro	3
Rio Grande do Sul	2
Bahia	1
Paraná	1
Pernambuco	1
Santa Catarina	1
Sergipe	1

RECURSOS EXECUTADOS POR ODS



RECURSOS EXECUTADOS POR PRODUTO EM 2023

Produto	Recursos
5.1.1	US\$ 16.815.298,00
5.1.2	US\$ 30,000,00
5.1.3	US\$ 2.820.811,00
5.1.4	US\$ 12.170,00



OIM Brasil Tamires Ferreira

A intensificação dos fluxos migratórios entre fronteiras, a chegada massiva de refugiados e migrantes e o aumento do risco de desastres desafiam a promoção do desenvolvimento sustentável e ressaltam que, para garantir que todas as pessoas se beneficiem do progresso econômico, social e ambiental, é necessário considerar o fortalecimento da resposta humanitária. Essas situações estão associadas ao aprofundamento das desigualdades e a ameaças aos direitos humanos, podendo aumentar o risco de violência alimentada pela xenofobia e a vulnerabilização de grupos populacionais.

Em 2023, as entidades da ONU envolvidas na resposta humanitária realizaram uma pesquisa socioeconômica com mais de 3 mil pessoas para mapear as necessidades dessa comunidade e traçar estratégias de apoio para casos, por exemplo, de prevalência de insegurança alimentar. Além disso, foi dada prioridade para iniciativas de integração socioeconômica, especialmente para grupos em situação de maior vulnerabilidade. Serviços básicos, como abrigo e alimentação, acesso a capacitação, cursos de português e assistência à colocação profissional foram também algumas das linhas de ação. O Sistema ONU também assessorou a emissão de vistos humanitários e o atendimento a pessoas vindas do Afeganistão.

Mulheres refugiadas e migrantes receberam apoio para a inserção profissional e o empoderamento econômico. Ações de sensibilização, prevenção e resposta à violência baseada em gênero também foram implementadas, assim como assistência técnica à rede de apoio a vítimas. Acesso a serviços de saúde, inclusive saúde mental, e integração ao sistema de educação formal, além da segurança alimentar, são prioridades para o atendimento às crianças refugiadas e migrantes.

Em relação ao influxo venezuelano, já são mais de 510 mil pessoas refugiadas e migrantes que entraram no Brasil. O Sistema ONU tem trabalhado com o governo brasileiro e parceiros nacionais e internacionais para garantir que a resposta a esse fluxo populacional estivesse direcionada a promover o acesso a direitos, serviços básicos, proteção, autossuficiência e integração socioeconômica para esta população, bem como suas comunidades de acolhida.

Para prevenir e expandir a resiliência a desastres, por sua vez, o apoio a municípios é crucial. Estratégias de desenvolvimento de resiliência, monitoramento de riscos, gestão de conhecimento e informações e promoção de planejamento urbano sustentável são algumas das estratégias desenvolvidas pela ONU com cidades brasileiras, assim como o fomento a mecanismos de trocas de experiências entre municípios.

Como em todas as iniciativas da ONU, as ações de redução de risco de desastres têm como foco as populações em situação de maior vulnerabilidade e partem de abordagens holísticas em parceria com entes governamentais e não governamentais. Em 2023, a inclusão de pessoas com deficiência e suas necessidades específicas nos planos de gestão de risco de desastres, com análise das capacidades governamentais atuais e propostas de melhoria para o atendimento a esse público específico foram alvo de ações do Sistema ONU no país.

469,7 mil pessoas refugiadas, migrantes ou de comunidades de acolhimento participaram de iniciativas de integração e coesão social

6,3 mil pessoas refugiadas e migrantes em situação vulnerável receberam alimentos

114,7 mil pessoas atendidas em consultas de **saúde**

87 milhões de pessoas vivendo em cidades que aderiram à iniciativa Construindo **Cidades Resilientes**

78 mil pessoas refugiadas e migrantes receberam serviços de documentação

20,9 mil crianças em trânsito receberam serviços de **educação** informal e atenção psicossocial

332 municípios participando da iniciativa Construindo **Cidades Resilientes**

6,7 mil vistos humanitários concedidos a pessoas afegãs

3,9 mil crianças desacompanhadas, separadas de guardiões ou sem documentos receberam **assistência**

41,5 mil pessoas refugiadas e migrantes acessaram serviços de pré-documentação e registro



ACNUR - Vanessa Beltrame



ONU-Habitat/Camila Bastos

ARTICULANDO O DIREITO À MORADIA

Charlene Cristiane Egídio foi uma das primeiras pessoas a chegar no terreno que se tornaria a Rosa Leão, uma das quatro ocupações da Izidora. Ela e seu filho Pedro, na época com três anos, moraram em uma barraca de lona nos primórdios da ocupação, em 2013. Localizada em Belo Horizonte, Izidora é considerada um dos maiores conflitos fundiários latino-americanos, além de um dos maiores movimentos por direito à moradia do país.

Não levou muito tempo até que, em meio a uma comunidade que crescia e tinha a necessidade urgente de se organizar, a liderança nata de Charlene tomasse forma, dando a ela uma posição de coordenação. Com a ocupação ganhando corpo, casas começaram a ser construídas, ruas precisavam ser abertas. E cada centímetro de decisão passava por uma força característica da Izidora: a participação popular. Ela está presente em cada fase da história de ocupação, em cada articulação com instituições que, ao longo do tempo, passaram a auxiliar a comunidade.

Assumir o papel de liderança trouxe mudanças. Uma delas foi receber formações que aguçaram seu olhar político, ético e humano, que expandiu o horizonte da função a ser cumprida. "A gente passa a se formar ser humano. Porque aqui você começa a sentir a dor do outro, e aí começa a entender que é um chamado ser liderança. É insano, mas é um chamado necessário".

Junto à comunidade, a Prefeitura de Belo Horizonte e a ONU trabalham no Plano de Urbanização Sustentável da Izidora, o primeiro para um assentamento informal em Belo Horizonte que traz a resiliência urbana como tema central. Charlene se envolveu com o Plano desde o princípio, abrindo caminhos de diálogo entre as partes. "A linguagem técnica tem que ser transformada em linguagem popular quando a gente está falando de diversidade. Se o povo não está entendendo, o meu papel é buscar entendimento e saber como funciona o projeto". Sua expectativa é de que o plano, fruto dessa parceria, seja o ideal para o território, contemplando os desejos e as demandas de quem vive ali.

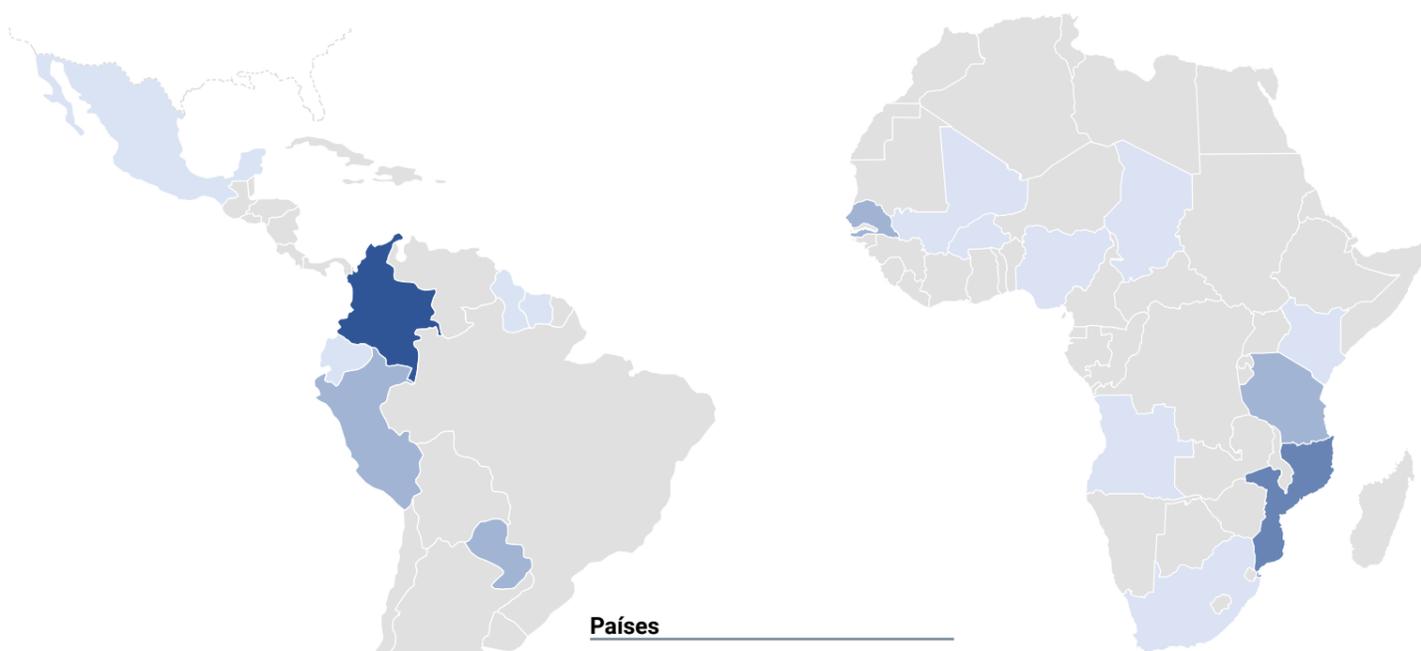
Izidora tem o potencial de ser exemplo internacional, transformando o que era conflito fundiário em um projeto urbanístico feito em conjunto pelo olhar dos moradores e pelo poder público. "Imagine se todo mundo, todos os bairros que são feitos em Belo Horizonte, tivessem a oportunidade dessa escuta, de você dizer o que quer aqui, e você discutir isso com o povo que vai viver lá, né? Hoje, depois de 10 anos, a gente vê esperança, perspectiva de melhora, de respeito, de cidadania, de dizer que a gente faz parte de Belo Horizonte e tem direito de morar em Belo Horizonte".

COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRILATERAL

Durante o ano de 2023, a ONU no Brasil implementou 20 iniciativas que continham elementos de cooperação sul-sul e outras formas de colaboração entre países do Sul global, inclusive cooperação trilateral. O país com maior número de iniciativas foi a Colômbia, com quatro. Em termos regionais, 16 países da África e sete países da América Latina foram beneficiados por essas iniciativas. Além disso, seis destinavam-se à região da América Latina como um todo, sendo que uma delas incluiu também o Sudeste Asiático e outra, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Parte significativa das ações de cooperação Sul-Sul e trilateral implementadas em 2023 tratavam de fortalecimento da agricultura e combate à fome. Outro tema de destaque é a colaboração e a troca de informações entre países para fazer frente ao crime organizado transnacional, inclusive crimes ambientais na Amazônia e aqueles cometidos por via fluvial ou marítima. O combate ao tráfico de pessoas também demanda colaboração entre países, e a cooperação entre os sistemas de justiça é crucial. Saúde sexual e reprodutiva e direitos e empoderamento de mulheres foram objeto de iniciativas de cooperação Sul-Sul, assim como o intercâmbio de conhecimentos e boas práticas de proteção social.

INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL



Países

Colômbia	Togo
Moçambique	Malawi
Senegal	Burundi
Cabo Verde	Kenia
Tanzânia	Guinea Bissau
Paraguai	Nigéria
Peru	África do Sul
Angola	Equador
Benin	Guiana
Chad	Suriname
Mali	México
Burkina Faso	

Iniciativas



MAIS PERTO DAS PESSOAS

O Sistema das Nações Unidas no Brasil trabalha para se comunicar diretamente com a população brasileira. Para isso, mantém canais oficiais de comunicação nas principais plataformas de redes sociais e alimenta um website com notícias, histórias, vídeos e informações completas sobre o que a ONU faz no país e como impacta positivamente a vida das pessoas. Ao longo do ano, foram produzidas centenas de conteúdos, 108 vídeos, 213 notícias, além de 19 campanhas.

REDES SOCIAIS

 Instagram 1,17 milhão de seguidores 46 milhões de visualizações	 Threads 163 mil seguidores
 Facebook 717 mil seguidores 3,2 milhões de visualizações	 TikTok 80 mil seguidores 100 mil visualizações
 X 380 mil seguidores 4,9 milhões de visualizações	 YouTube 157 mil seguidores 2,4 milhões de visualizações

TOTAL: 2,7 milhões de seguidores
56,6 milhões de visualizações

SITE

 **9,4 milhões** de visualizações



FINANCIAMENTO E PARCERIAS

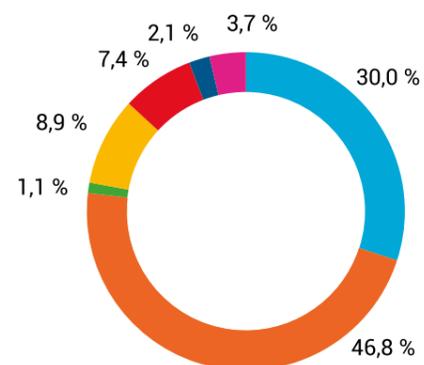
PARCEIROS

O estabelecimento de parcerias e estratégias de financiamento inovadoras para o desenvolvimento sustentável são cruciais para acelerar a implementação da Agenda 2030 no país. Ao longo de 2023, o Sistema ONU trabalhou com 257 parceiros, entre eles o Estado brasileiro, inclusive os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e os governos dos 26 estados e do Distrito Federal, além de governos municipais, federações e consórcios de governos.

PARCEIROS IMPLEMENTADORES POR TIPO DE PARCEIRO

Tipo de parceiro

- Estado brasileiro
- Fundações e ONGs
- Fundos e instituições multilaterais
- Instituições de pesquisa e ensino
- ONGs internacionais
- Países parceiros
- Setor privado

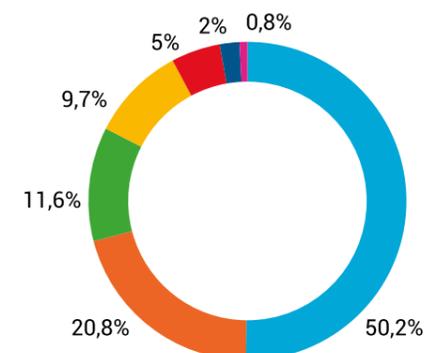


Dos **257 parceiros** do Sistema ONU no país, **104** contribuem financeiramente com a implementação das atividades do Marco de Cooperação e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

RECURSOS EXECUTADOS POR TIPO DE DOADOR

Doador

- | | |
|---|-----------------|
| ■ Estado brasileiro | US\$ 61.591.673 |
| ■ Outros recursos | US\$ 25.534.539 |
| ■ Países doadores | US\$ 14.196.739 |
| ■ Fundos multilaterais | US\$ 11.913.862 |
| ■ Setor Privado | US\$ 6.080.314 |
| ■ Recursos próprios | US\$ 2.428.531 |
| ■ Fundações e ONGs | US\$ 1.033.229 |



MAIORES DOADORES DE 2023

DOADORES

MILHÕES DE US\$

Governo dos Estados Unidos da América	18,8
Conselho Nacional de Justiça	18
Fundo Global para o Meio Ambiente/ Global Environment Facility	16,2
Agência Brasileira de Cooperação	14,6
Ministério da Pesca e Aquicultura	5,8
Rede Globo	3,6
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	3,5
União Europeia	3,5
IBGE	3,2
Ministério Público	3,2
Fundo Verde do Clima/ Green Climate Fund	3,1
Governo Municipal de Porto Alegre	3
Ministério da Educação	2,6
Anvisa	1,9
Ministério de Portos e Aeroportos	1,9
Governo Municipal do Rio de Janeiro	1,6
Governo Municipal de São Paulo	1,6
Protocolo de Montreal	1,6
Governo do Reino Unido	1,6
Vale	1,4
Banco Interamericano de Desenvolvimento	1,4
Ministério das Mulheres	1,4
Governo do Japão	1,3
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	1,3

PROGRAMAS CONJUNTOS

Country Envelope – HIV/AIDS

Tem como objetivo a realização de atividades de prevenção, tratamento, capacitação e empregabilidade nas comunidades que são prioridade para a reposta ao HIV.



- Orçamento total do programa conjunto (até dez/23): US\$ 520.850,00
- Início: janeiro/2022
- Fim: dezembro/2023
- AFPs envolvidas: UNESCO, UNODC, OPAS/OMS, OIT
- Doador: UNAIDS Country Envelope

Partnership for Action on Green Economy – PAGE in the state of Mato Grosso

A Parceria para Ação pela Economia Verde (PAGE) tem como objetivo apoiar tecnicamente os governos na reformulação de políticas públicas setoriais em direção a economias mais inclusivas, vinculando o aumento de produtividade com a conservação ambiental e a inclusão social, reunindo atuação governamental e privada.



- Orçamento total do programa conjunto: US\$ 1.604.000,00
- Início: novembro/2016
- Fim: dezembro/2023
- AFPs envolvidas: UNIDO, PNUMA, PNUD, OIT, UNITAR
- Doador: Partnership for Action on Green Economy (PAGE)

Programa de Prevenção à Violência e às Drogas em Pernambuco

A iniciativa busca desenvolver conhecimento e compartilhar metodologias inovadoras e integradas que possam fortalecer ações de prevenção social ao crime e à violência e de cuidados às pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas no estado de Pernambuco



- Orçamento total do programa conjunto: US\$ 1.868.314,00
- Início: dezembro/2019
- Fim: dezembro/2023
- AFPs envolvidas: PNUD, ONU-HABITAT, UNODC
- Doador: Governo do Estado de Pernambuco

Moverse – Empoderamento Econômico de Mulheres Refugiadas e Migrantes no Brasil

O objetivo geral do programa é garantir que as políticas e estratégias de empresas e instituições públicas e privadas fortaleçam os direitos econômicos e as oportunidades de desenvolvimento para as mulheres refugiadas e migrantes venezuelanas.



- Orçamento total do programa conjunto: US\$ 943.619,00
- Início: agosto/21
- Fim: dezembro/23
- AFPs envolvidas: ACNUR, ONU Mulheres, UNFPA
- Doador: Governo de Luxemburgo

MPTF Migração – Fortalecendo capacidades de municípios de fronteira da Amazônia Brasileira para enfrentar os desafios da migração, mudança do clima e saúde

O Programa Conjunto tem como objetivo fortalecer as capacidades de oito municípios fronteiriços na Amazônia brasileira para enfrentar os desafios impostos pela migração, mudanças climáticas e questões de saúde.



- Orçamento total do programa conjunto: US\$ 2.504.468,75
- Início: setembro/23
- Fim: setembro/25
- AFPs envolvidas: OIM, OPAS/OMS
- Doadores: Migration Multi-Partner Trust Fund



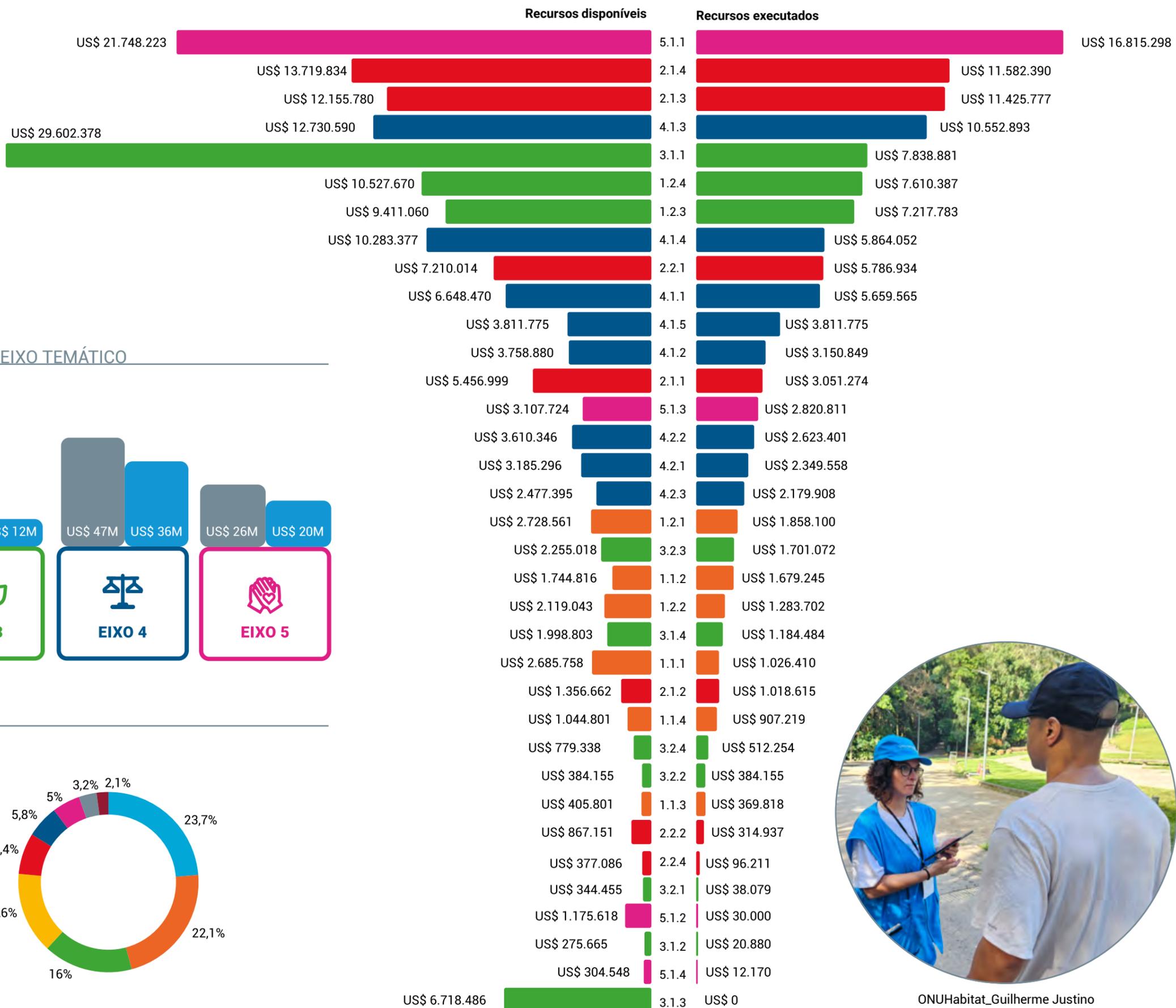
OIM/Juliana Hack

PANORAMA FINANCEIRO DE 2023

RECURSOS DISPONÍVEIS E EXECUTADOS POR PRODUTO



ONUhabitat_Thayane Massopust



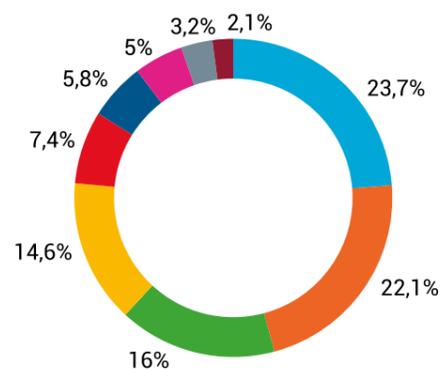
RECURSOS DISPONÍVEIS E EXECUTADOS POR EIXO TEMÁTICO

■ Recursos disponíveis
■ Recursos executados



RECURSOS EXECUTADOS POR RESULTADO

Resultado	Recursos executados (US\$)
1.1	US\$ 3.982.692,00
1.2	US\$ 17.969.972,00
2.1	US\$ 27.078.056,00
2.2	US\$ 6.198.082,00
3.1	US\$ 9.044.245,00
3.2	US\$ 2.635.560,00
4.1	US\$ 29.039.134,00
4.2	US\$ 7.152.867,00
5.1	US\$ 19.678.279,00

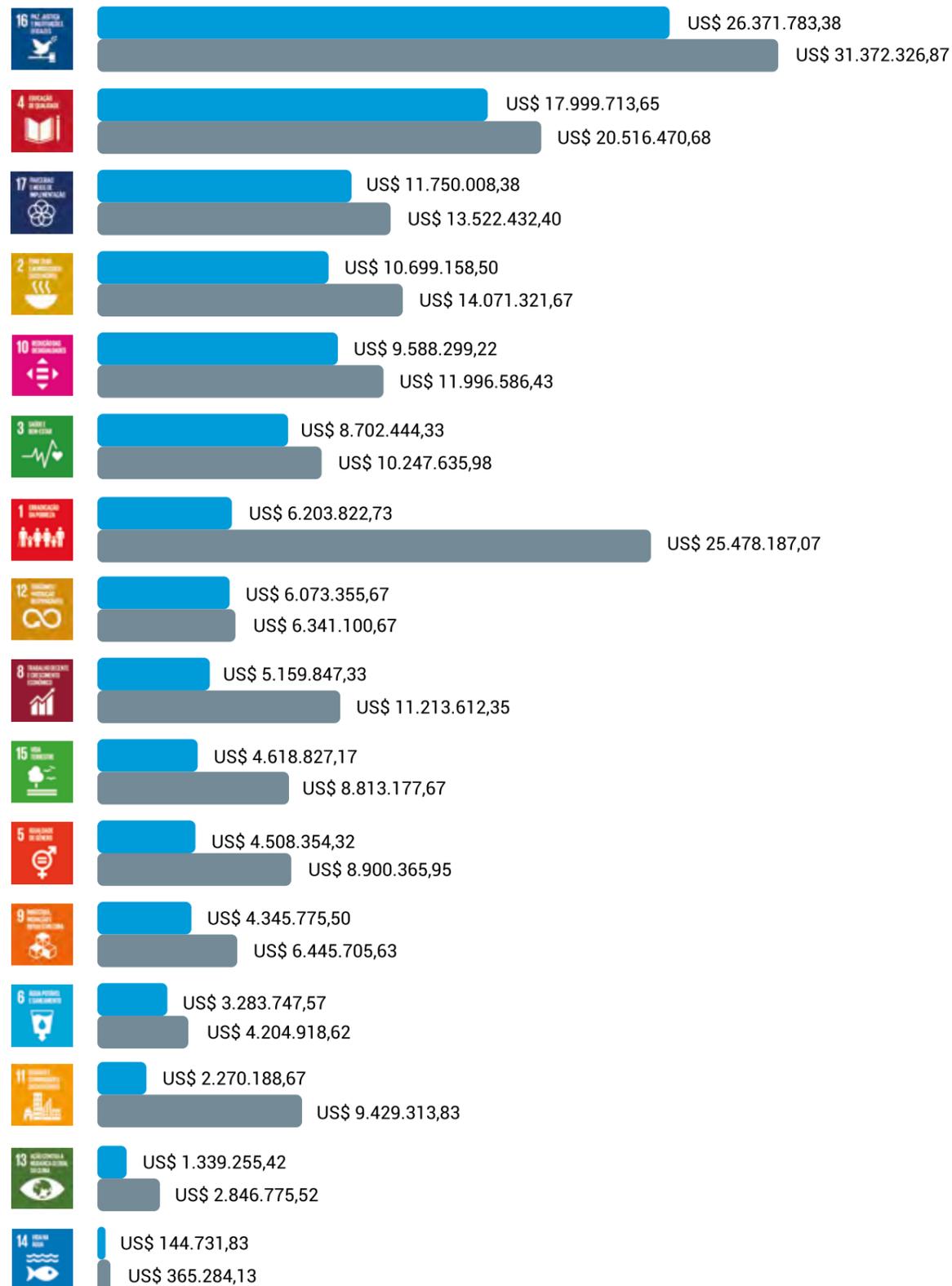


ONUhabitat_Guilherme Justino

RECURSOS DISPONÍVEIS E EXECUTADOS POR ODS

- Recursos executados
- Recursos disponíveis

ODS

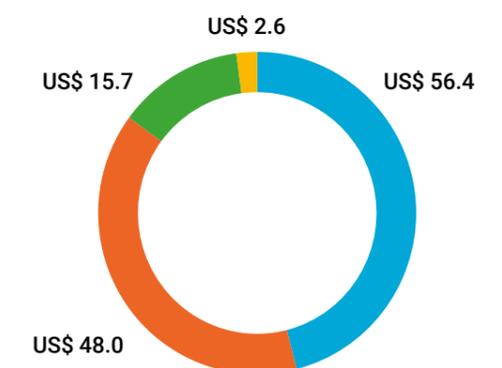


ONU-Habitat/Minne Santos

RECURSOS EXECUTADOS PELO MARCADOR DE GÊNERO (MILHÕES DE US\$)

Marcador de gênero e Recursos executados (R\$)

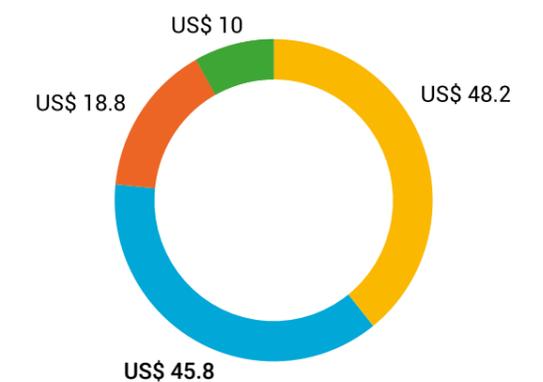
- Igualdade de gênero/ empoderamento das mulheres é o objetivo principal
- Contribui de forma limitada para a qualidade de gênero/ empoderamento das mulheres
- Igualdade de gênero/ empoderamento das mulheres é um objetivo significativo
- Não se espera que contribua para a igualdade de gênero/ empoderamento das mulheres



RECURSOS EXECUTADOS PELO MARCADOR DE DIREITOS HUMANOS (MILHÕES DE US\$)

Marcador de direitos humanos e Recursos executados (R\$)

- Tem os direitos humanos como objetivo principal
- Contribui de forma limitada para os direitos humanos
- Tem os direitos humanos como um objetivo significativo
- Não se espera que contribua diretamente para os direitos humanos





FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

Em agosto, o Sistema ONU lançou o Fundo Brasil-ONU para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, em parceria com o Consórcio Interestadual para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal e o Governo Federal. O Fundo foi oficialmente apresentado em evento realizado em Santarém, Pará, com a presença de ministros de Estado, governadores dos estados amazônicos, representantes das agências especializadas, fundos e programas das Nações Unidas e da vice-secretária geral da ONU, Amina Mohammed. Diferentemente de outros fundos que visam à conservação ambiental, o Fundo Brasil-ONU tem como foco a melhoria de vida da população amazônica para a promoção do desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões – econômica, social e ambiental.

Como parte de sua parceria com a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), a ONU apoiou a elaboração de metodologia para alinhamento do Sistema Nacional de Fomento (SNF) com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por meio de análise sobre a alocação de recursos do SNF para os ODS. Foi detectado um aumento de 44% desse alinhamento em comparação com 2020,

chegando a R\$ 1,1 trilhão destinados à implementação dos ODS. A parceria resultou também na criação do Fundo Nacional de Promoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que pretende ampliar o financiamento e o direcionamento de recursos para a Agenda 2030.

A ONU mobilizou recursos para iniciativas de implementação da Agenda 2030 no país, particularmente em áreas estratégicas que complementassem os esforços do Estado brasileiro para alcançar os ODS. Um exemplo foi o programa conjunto contemplado com recursos do MPTF de Migrações na ordem de US\$ 2,5 milhões. O programa visa fortalecer capacidades de municípios de fronteira da Amazônia Brasileira para enfrentar desafios relacionados a migração, mudança do clima e saúde, com ações voltadas a políticas públicas, ao Sistema Único de Saúde e às comunidades desses municípios.

O Plano Conjunto para HIV/AIDS 2024-2025 levantou US\$ 560 mil para o biênio, que serão aplicados em atividades de prevenção, tratamento, capacitação e empregabilidade nas comunidades que são prioridade para a reposta ao HIV, inclusive na Amazônia.

EFETIVIDADE E EFICIÊNCIA

O Brasil é o único país da região da América Latina e Caribe que implementa os três eixos da Agenda de Eficiência da ONU, que inclui uma estratégia comum de operações, um centro de serviços compartilhados e instalações físicas compartilhadas.

O Sistema ONU no Brasil intensificou a implementação das atividades definidas na Estratégia de Operações (BOS) e no Marco de Cooperação, com a avaliação do potencial de otimização do compartilhamento de instalações físicas e o avanço no estabelecimento do centro de serviços compartilhados.

Esse esforço concertado visa reforçar a eficiência de custos, gerando ganhos na produtividade do pessoal e economias financeiras substanciais, ao mesmo tempo em que propicia a melhoria da qualidade dos serviços operacionais prestados.

A última revisão da Estratégia de Operações chegou a 17 serviços comuns entre as agências especializadas, fundos e programas das Nações Unidas no país, com uma expectativa de redução de custos de 3,7 milhões de dólares.

ESTRATÉGIA DE OPERAÇÕES

17

serviços comuns

US\$ 1,5 milhão

de custos já reduzidos

US\$ 3,7 milhões

de redução de custos esperada para os próximos anos

CENÁRIO DE 2024

Acelerar a implementação dos cinco eixos temáticos do Marco de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável é a grande prioridade das agências especializadas, fundos e programas das Nações Unidas no Brasil. O Marco sintetiza o compromisso da ONU com o Estado brasileiro e traz em sua essência propostas concretas para seguir apoiando o Brasil no alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A ONU já tem 241 iniciativas programadas para serem executadas em 2024. Essas iniciativas, elaboradas a partir dos resultados esperados expressos no Marco de Cooperação, estão alinhadas com as prioridades globais das Nações Unidas e as prioridades e o contexto nacional, em suas dimensões políticas, sociais e econômicas.

PRIORIDADES GLOBAIS

É consenso que a ação pela Agenda 2030 em todo o mundo não caminhou no ritmo esperado e, para acelerar o passo nesta segunda metade do período de implementação, a ONU identificou as Seis Transições, seis grandes áreas temáticas que têm o potencial de catalisar outras transformações e multiplicar impactos positivos: alimentação, energia, conectividade, clima, emprego e educação. A partir dessas transições e com base no cenário internacional, a ONU estabeleceu três prioridades globais para 2024:

- Resposta a crises
- Mobilização pelo clima
- Reforma do sistema multilateral

Na Cúpula do Futuro, as discussões estarão focadas em soluções, especificamente para a reconstrução da arquitetura financeira global, a reforma do Conselho de Segurança e uma Nova Agenda para a Paz, e um Pacto Global Digital que possa ajudar a fechar a lacuna de conectividade e moldar um modelo de governança digital.

PRIORIDADES NACIONAIS

O Plano Plurianual 2024-2027 (PPA), que estabelece a visão de futuro e as prioridades do Governo Federal para o período, destaca seis prioridades e estabelece alinhamento integral de seus eixos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os eixos do PPA dialogam diretamente com os eixos do Marco de Cooperação:

- Eixo 1: Desenvolvimento social e garantia de direitos
- Eixo 2: Desenvolvimento econômico e sustentabilidade
- Eixo 3: Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania

Essa vinculação entre as prioridades nacionais e o Marco de Cooperação da ONU representa uma oportunidade para que o apoio oferecido pelo Sistema ONU ao país seja ainda mais efetivo, com maior coordenação e coerência das atividades das Nações Unidas no país.

O Brasil tem investido na ampliação de seu protagonismo em âmbito regional e global. Em 2024, na presidência do G20, o Brasil estabeleceu como temas prioritários o combate à pobreza, à fome e à desigualdade, a sustentabilidade e a transição energética, e a reforma da governança global. Desde o anúncio dessa abordagem, o Sistema ONU vem apoiando os esforços brasileiros de articulação e de busca de consensos no G20, seja em âmbito nacional, seja na esfera internacional por meio do Secretariado e das sedes das agências especializadas, fundos e programas. Simultaneamente, o Brasil também inicia, com apoio da ONU, a preparação para sediar a COP30, prevista para acontecer em Belém em 2025.

241
Iniciativas

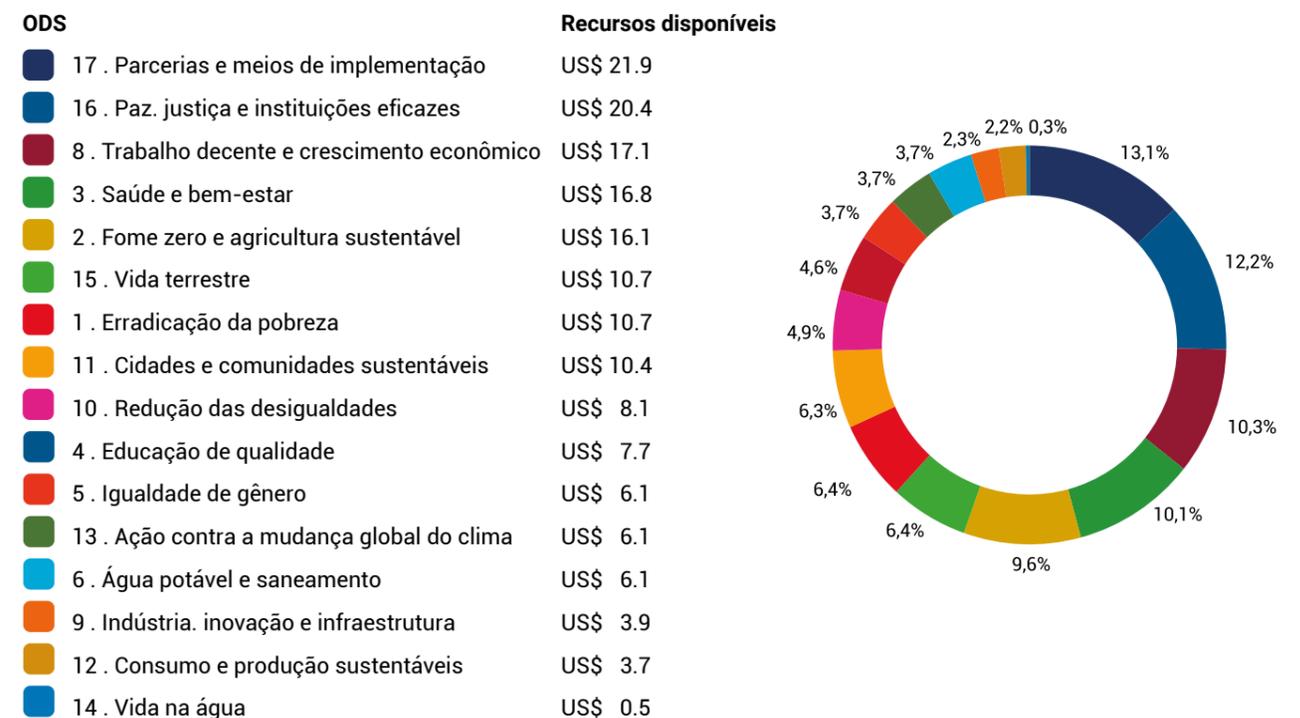
US\$ 149 M
Recursos requeridos em 2024

US\$ 110 M
Recursos disponíveis em 2024

RECURSOS DISPONÍVEIS EM 2024 POR EIXO TEMÁTICO



RECURSOS DISPONÍVEIS EM 2024 POR ODS





NAÇÕES UNIDAS
BRASIL

